

# Meio ambiente em risco

**CadernoJU** Projetos de lei que tramitam no Congresso flexibilizam os licenciamentos ambientais, banalizando estudos de impacto. Procuradores de Justiça e ambientalistas condenam o retrocesso.



Grandes empreendimentos com potencial impacto no meio ambiente, como a Pedreira Vila Rica, em Montenegro (RS), podem prescindir de licenciamento ambiental

FLAVIO DUTRA/ARQUIVO JU - SET/2013

UNIMÚSICA 2016 – SOBRE A PALAVRA FUTURO

## Bethânia e seu amor à poesia



P13

**Ensino de História**  
Temas sensíveis  
requerem cuidado  
em sala de aula **P8**

**Odontologia**  
Clínica de Urgência  
amplia atendimento  
a crianças **P6**

**Biodiversidade**  
Pesquisa propõe  
formas de preservar  
campos do RS **P11**

PARAÍÇOS FISCAIS

## Brechas para a sonegação

Segundo estimativas, entre 21 e 32 trilhões de dólares em riqueza privada estão localizados em jurisdições secretas sem qualquer tributação ou levemente tributados. Além da ausência de impostos, a invisibilidade do sócio das chamadas *offshores* constitui uma vantagem suplementar para negócios ou crimes. Nesse contexto, os doleiros são peças do jogo de desvio de dinheiro. Para especialistas, transações lícitas e ilícitas se confundem na tentativa de pagar menos impostos ou ocultar fortunas. **P10**

ÓPERA NA UFRGS

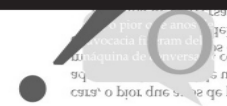
## Mozart em forma inédita

O Instituto de Artes da Universidade inova ao realizar a montagem cênica e musical *Tempos de Solidão - Missa do Orfanato* de Mozart. Para a coordenadora geral do projeto Ópera na UFRGS, professora Lucia Carpena, o espetáculo, encenado no Teatro São Pedro em sessões nos dias 4 e 5 deste mês, concilia o interesse pedagógico com o artístico. No palco se revezam estudantes dos cursos de Música e de Teatro, que participam do coro e da orquestra, bem como do grupo de 12 bailarinos-atores. **P12**

ELEIÇÕES PARA REITOR

## Comunidade escolhe novos dirigentes entre três chapas

P3



## Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto  
Reitor

# Tolerância e cultura

A crise política e econômica brasileira tem se refletido no dia a dia da Universidade. O acirramento de posições antagônicas, gestado em um clima de intolerância generalizada e de descrédito nas instituições públicas, encontrou eco até mesmo em espaços nos quais deveriam imperar a defesa da pluralidade de ideias e o respeito às diferenças. Atenta a essa situação, a Administração Central instaurou recentemente o Comitê Contra a Intolerância e a Discriminação – UFRGS, a partir de sugestão encaminhada por um grupo de trabalho que reuniu pesquisadores envolvidos com o tema dos direitos humanos. O Comitê visa disseminar a cultura da paz, realizando ações de promoção dos direitos humanos e de enfrentamento à discriminação por gênero, raça, etnia ou orientação sexual junto à comunidade universitária. O grupo também irá acompanhar as denúncias de

ocorrências de discriminação e violência na UFRGS reportadas à Ouvidoria da Universidade.

Algumas medidas adotadas pelo governo provisório – como a extinção e, após reiterados protestos, a recriação do Ministério da Cultura – geraram um clima de instabilidade, contribuindo para a instauração de um ambiente desfavorável a novas iniciativas nesse importante campo do fazer humano. Mantendo os preceitos institucionais consagrados no PDI, a Universidade reitera sua aposta na cultura como propulsora do conhecimento, promovendo neste mês o retorno de dois importantes projetos: o Unimúsica, que inicia a temporada deste ano com a série *Sobre a Palavra Futuro* para comemorar os seus 35 anos de existência; e o Ópera na UFRGS, que estreia seu quinto ano de atividade, apresentando o espetáculo cênico *Tempos de Solidão – Missa do Orfanato*, da obra de Mozart. Dada a incerteza dos tempos

que vivemos, ambos os projetos representam um desafio às equipes de produção envolvidas, mas são principalmente a reafirmação do compromisso desta instituição com a cultura.

Junho também é o mês em que estudantes, técnicos administrativos e professores se preparam para escolher a gestão que irá administrar a UFRGS no quadriênio 2016-2020 por meio da Consulta à Comunidade, agendada para o próximo dia 16. A participação de todos é essencial, seja nos debates, nas mídias sociais ou nas visitas das Chapas, já tradicionais no período eleitoral.

Buscando a tolerância, investindo na cultura e mantendo a tradição de ouvir a comunidade universitária na hora de eleger seus dirigentes, a UFRGS se prepara para enfrentar o futuro reiterando seu compromisso social em prol de um país com mais justiça e igualdade de oportunidades no acesso ao conhecimento.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farrópilha,  
Porto Alegre - RS | CEP 90046-900  
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

**Reitor**  
Carlos Alexandre Netto  
**Vice-reitor**  
Rui Vicente Oppermann  
**Chefe de Gabinete**  
João Roberto Braga de Mello  
**Secretário de Comunicação Social**  
Ricardo Schneiders da Silva  
**Vice-secretária de Comunicação Social**  
Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS  
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497  
Email: jornal@ufrgs.br

**Conselho Editorial**

Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer

**Editora** Ánia Chala

**Subeditora** Jacira Cabral da Silveira

**Repórteres** Ánia Chala, Everton Cardoso Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

**Projeto gráfico** Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)

**Diagramação** Kleiton Semensatto da Costa

**Fotografia** Flávio Dutra (Editor)

**Revisão** Antônio Paim Falcetta

**Bolsistas (Jornalismo)** Júlia Costa dos Santos, Kayan da Silva Moura e Lucas Mello

**Circulação** Cristiane Lipp Heidrich

**Fotolitos e Impressão** Gráfica da UFRGS

**Tiragem** 14 mil exemplares

ufrgsnoticias



## Artigo

# Hospital de Clínicas Veterinárias: 60 anos servindo à comunidade

No dia 14 de maio, o Hospital de Clínicas Veterinárias da UFRGS completou 60 anos. Desde a sua fundação, a medicina veterinária mudou, ampliando sua área de atuação na sociedade. Localizado em Porto Alegre, o hospital, que antes era basicamente voltado ao atendimento de grandes animais, hoje tem como o principal impulsor do registro de atendimentos a assistência a animais de companhia.

O objetivo do HCV é dar suporte ao ensino de medicina veterinária da Faculdade de Veterinária, considerado um dos melhores do país em ensino, pesquisa e extensão. O órgão é dotado de estrutura física e recursos humanos para a implementação de atividades práticas na rotina de clínica, cirúrgica e laboratorial, a fim de consolidar os ensinamentos teóricos oferecidos em sala de aula.

A medicina veterinária requer dos seus profissionais constante atualização de conhecimentos tanto teóricos quanto das práticas clínicas, o que faz do HCV-UFRGS um modelo de formação continuada, por meio da atuação dos estudantes do Programa de Pós-graduação em Ciências Veterinárias, de cursos de especialização lato sensu e de projetos de extensão.

Desde 2006, quando o HCV completou 50 anos, muitas melhorias foram implementadas com o apoio da administração central, que reconheceu o hospital como um personagem fundamental na formação do médico veterinário. Em questões estruturais, houve a construção de um moderno bloco cirúrgico de ensino e rotina, a reforma dos ambulatórios de pequenos animais e da lavanderia, além da incorporação de espaço físico para novos setores. Soma-se a isso a modernização de equipamentos e práticas clínicas, com o ingresso de um novo corpo técnico e a contratação de docentes nas áreas de pequenos animais para atuar na prática clínica. Com isso, o HCV possui hoje uma estrutura física capaz de atender a casos clínicos e cirúrgicos de diversas espécies e das mais variadas complexidades.

Com relação ao corpo técnico, o hospital conta com o apoio de 40 servidores, sendo que 16 são médicos veterinários (todos pós-graduados) atuantes na prática clínica nas mais diferentes especialidades e com capacidade de atendimento e de realização de procedimentos diversos. Os demais estão relacionados a funções administrativas importantes para a manutenção da gestão

hospitalar, desde a secretaria até a gestão de resíduos, respeitando-se as determinações da legislação vigente. Adicionalmente a esses recursos humanos, o HCV recebe aproximadamente 46 médicos veterinários residentes do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do MEC, distribuídos nas áreas de clínica de pequenos animais, cirurgia de pequenos animais, anestesiologia, clínica e cirurgia de grandes animais, diagnóstico por imagem, patologia clínica e anatomia patológica.

Quanto à casuística, ou seja, aos índices de atendimento, o hospital recebe anualmente mais de 30 mil casos entre pequenos, grandes e animais silvestres. Crescentemente, a procura vem se concentrando nas especialidades e no oferecimento dos serviços de baixo custo. Nas especialidades, o serviço é realizado por médicos veterinários técnicos, professores e acadêmicos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, estes orientados por seus professores. Nesse sentido, o HCV, além de possuir uma das maiores casuísticas do Brasil, é uma referência no Rio Grande do Sul em atendimento de especialidades.

Desde o ano de 2011, o HCV integra o

Fórum de Dirigentes de Hospitais-Escola Veterinários das Instituições Federais de Ensino Superior com aproximadamente 38 unidades no Brasil. No ano de 2014, foi classificado como o 5.º hospital veterinário entre as IFES em auditorias para a confirmação de diversos índices (acadêmicos, casuística, recursos humanos e espaço físico). No ano seguinte, o HCV foi classificado em 3.º lugar. Isso, além de garantir recursos financeiros provenientes do MEC, reafirma a necessidade de o hospital veterinário ser um importante suporte ao ensino da medicina veterinária no país.

Diante dessa breve descrição, nos 60 anos do HCV-UFRGS, tem-se a necessidade de projetar mudanças e atualizações importantes para atender às demandas da sociedade e do curso de medicina veterinária da Faculdade de Veterinária da Universidade. Essa projeção reforça a relevância do hospital no Curso de Medicina Veterinária e na formação profissional com base no atendimento à rotina hospitalar, com ênfase no bem-estar animal.

**Stella de Faria Valle**  
Diretora do Hospital de Clínicas Veterinárias da UFRGS



## Eleições para reitor

No próximo dia 16, estudantes, técnicos administrativos e professores irão escolher entre os candidatos de três chapas os rumos da Universidade para o quadriênio 2016-2020. Ainda neste mês, serão realizados três debates oficiais: 2 de junho, às 9h, no saguão dos auditórios do Hospital de Clínicas; 8 de junho, às 9h, no

Salão de Atos da reitoria; e 14 de junho, às 14h, no Câmpus Litoral Norte. A ideia é que esses encontros sirvam para que os candidatos discutam suas propostas de gestão. Os eventos terão transmissão ao vivo pela internet pelo link da UFRGSTV ([aovivo.ufrgs.br/ufrgstv](http://aovivo.ufrgs.br/ufrgstv)). Conforme estabelecido no Edital de Convocação

que rege a Consulta à Comunidade, a divulgação dos resultados deverá ocorrer até as 12h do dia 17 de junho. Na consulta, os docentes detêm 70% do peso eleitoral, enquanto técnicos e discentes possuem 15% cada categoria. O JU abre espaço nesta página para que as chapas apresentem suas ideias.

AIMAN BRAGA



### Chapa 1

## Mensagem à comunidade: “Chegou a hora da virada!”

O filósofo iluminista Blaise Pascal escreveu no século XVII que o todo é maior que a soma das partes. Na mesma toada, a célebre expressão latina ‘unitas multiplex’ indica o rumo que a Universidade deveria seguir: unidade na diversidade. Em nosso tempo, precisamos olhar para todo o manancial do saber, incluindo as culturas tradicionais dos griôs, para pensarmos o mundo e o futuro da universidade.

A UFRGS abriga pesquisadores de alto nível acadêmico, docentes e técnicos qualificados e comprometidos, estudantes e pós-graduandos dedicados e inquietos. Sabemos do nosso valor, do papel que cumprimos para a sociedade e do esforço que realizamos.

Mas não podemos dizer hoje que a gestão da UFRGS encarne o que sua comunidade espera. Não estamos de acordo com a falta de democracia e transparência. A gestão universitária não pode ser assunto exclusivo da reitoria e das direções de unidades. É momento de esta comunidade ter voz ativa e canais efetivos de participação na tomada de decisões. Somos pela descentralização e gestão participativa na administração da Universidade. Defendemos a paridade na escolha do reitor e de diretores de unidades.

Somos oposição à atual gestão. Combateremos a precarização da infraestrutura e das condições de trabalho. Elas são consequência de decisões nacionais, mas também de erros de gestão local, falta de planejamento e ineficiência de execução e fiscalização. É preciso uma reitoria que seja mais ativa junto à União na busca de financiamento para a Universidade. Entendemos a Autonomia como um princípio medular, mantido graças à luta da comunidade universitária. A reitoria deve garantir o Regime Jurídico Único, o ingresso por concurso público e os direitos das carreiras, incluindo o pagamento de retroativos. Somos favoráveis à flexibilização da jornada dos servidores técnico-administrativos, com a UFRGS funcionando por equipes de trabalho em três turnos contínuos. Defendemos a ampliação das ações afirmativas, garantindo acesso e permanência aos estudantes.

Queremos uma Universidade atenta e engajada na resolução dos problemas de nosso tempo. A crise ambiental e urbana, a produção no campo, o hiato entre o talento e o conhecimento disponíveis e as realizações de um país do porte do Brasil, a falta de soberania tecnológica, o reino da intolerância frente à necessidade da diversidade e do multiculturalismo são todos desafios que nos tocam, entre tantos outros. Queremos uma UFRGS plural, democrática e socialmente referenciada. Façamos de nosso saber, de nosso trabalho, da ciência e das humanidades, do serviço que prestamos, da formação que experienciamos o princípio que nos levará à mudança. Ela está ao nosso alcance. Por tudo isso, convidamos a comunidade a fazer parte desta grande virada.

<https://www.ufrgs.br/chapa1> | [chapa1@ufrgs.br](mailto:chapa1@ufrgs.br)

TARCÍSIO HAMILTON



### Chapa 2

## Diálogo Franco e Leal

Nós, da chapa 2 – Diálogo Franco e Leal –, a partir de um processo de construção envolvendo discentes, docentes e técnicos administrativos, propomos uma gestão universitária que tenha como princípios o diálogo, a transparência, a excelência como construção coletiva e o reconhecimento das pluralidades.

Propomos a implementação de um processo de gestão que diminua a centralização das decisões, promovendo processos participativos que envolvam toda a comunidade universitária e a presença efetiva da reitoria nos diferentes campi da Universidade. Também está no nosso programa a implantação de uma política transparente de gestão de pessoas e de acolhida aos novos servidores docentes e técnicos.

Quanto à infraestrutura, é urgente a adoção de uma política eficiente de gestão, com atenção especial ao dia a dia da Universidade. Para isso, propomos transparência nos investimentos, revisão das condições de segurança e planejamento progressivo, em busca de soluções de curto, médio e longo prazo.

Pretendemos promover a excelência acadêmica com a integração efetiva entre ensino, pesquisa e extensão, e com transversalidade entre os níveis de ensino e as unidades acadêmicas. São ações fundamentais: fornecer apoio administrativo a docentes e técnicos na elaboração e no acompanhamento de projetos, inovar o ensino para promover e sustentar novas formas de organização curricular e fomentar uma política de inovação, com reforço aos projetos empreendedores.

Outro eixo de ação é a promoção do reconhecimento da UFRGS como parceria qualificada para o desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, propomos uma política de interface dialógica da UFRGS com a sociedade, o incentivo à produção de conhecimento que impacte a definição de políticas públicas e o fomento de políticas institucionais que identifiquem a Universidade como espaço das expressões artísticas, culturais e científicas.

É nosso objetivo dar um caráter institucional à internacionalização a partir de uma visão estratégica, que possibilite uma presença efetiva da UFRGS no mundo e do mundo na UFRGS. Propomos o desenvolvimento de condições institucionais para a atração de alunos e professores estrangeiros, a criação de políticas de incentivo à mobilidade e de reconhecimento de estudos e a participação ativa na Universidade em redes internacionais de universidades.

Por fim, pretendemos implementar uma política de inclusão, contemplando os mecanismos de acolhimento e permanência dos que acessam a educação superior, construindo uma cultura institucional de inclusão, que se contraponha fortemente às ações discriminatórias, reconhecendo e valorizando as pluralidades e consolidando uma política de assuntos estudantis para além da simples assistência aos estudantes, tratando de frente, entre outros, os problemas dos RUs, das Casas de Estudantes.

JAIRE PASSOS



### Chapa 3

## Com Rui e Jane, uma UFRGS plural e inovadora

Ética, transparência e colaboração: é através desses princípios muito claros que assumimos a defesa de uma Universidade de excelência. Uma UFRGS plural, inovadora, agregadora, pública e inclusiva, comprometida com o desenvolvimento do país e que busque a resolução dos desafios contemporâneos através da interação produtiva e criativa das diferentes áreas do conhecimento. Uma UFRGS que vise, sempre, à justiça social.

Depois de viver um ciclo de expansão, a Universidade precisa agora iniciar outra fase: a da consolidação das conquistas, aliadas ao seu incessante desenvolvimento. Este é o compromisso da Chapa 3, liderada pelos candidatos a reitor Rui Oppermann e a vice-reitora Jane Tutikian: tornar a UFRGS cada vez melhor e maior na grandeza que lhe é própria.

Nessa perspectiva, pautados sempre pelo respeito à pluralidade de ideias, reafirmamos a defesa da preservação do caráter público das universidades federais, da gratuidade do ensino com garantia de recursos financeiros e de pessoal para as instituições federais de ensino superior e da autonomia universitária. É preciso assegurar uma política de investimentos públicos em ensino, pesquisa e extensão e dar prioridade à Educação, conforme estabelecido no Plano Nacional de Educação.

Responder a todos esses desafios demanda posições firmes, baseadas na experiência de caminhos trilhados e na inquietude de quem se propõe a sempre olhar para o futuro. Experiência e preparo, por sinal, é o que não falta à Chapa 3. Doutor pela Universidade de Oslo, Rui Oppermann foi diretor da Faculdade de Odontologia e vice-reitor por dois mandatos. Jane Tutikian, por sua vez, é diretora do Instituto de Letras desde 2009. Doutora pela UFRGS, foi Patrona da Feira do Livro de Porto Alegre de 2011 e recebeu importantes prêmios literários, como o Jabuti.

Nesta caminhada, Rui e Jane se propõem a trabalhar balizados por cinco pilares, relacionados por meio da transversalidade. O primeiro deles, Gestão, baseia-se na busca constante pelo aperfeiçoamento das práticas de governança. Já a Excelência Acadêmica e a Internacionalização da Universidade demandam a adoção de estratégias de qualificação do ensino, da pesquisa e da extensão. O pilar Inovação envolve alianças estratégicas, parcerias e modelos de interação e empreendedorismo. Nas Artes e Ideias, a valorização da cultura e do pensamento como formas de desenvolvimento e justiça social. Finalmente, pelo Bem-estar e Inclusão, busca-se ampliar a interação com a sociedade, consolidar as ações afirmativas e aperfeiçoar as políticas de assuntos estudantis, saúde e segurança.

Isso tudo representa bem mais do que um programa: é, na verdade, um compromisso com a UFRGS, um compromisso de todos nós. E é justamente por isso que te convidamos a vir conosco construir esta travessia.



# Cobrança gera polêmica

## Internet Fornecedoras tentam nova forma de tarifação da banda larga

O Marco Civil da Internet, como é conhecido o Projeto de Lei n.º 2.126/11, foi criado em 2009, sancionado em 2014 e regulamentado no início de maio por Dilma Rousseff, garantindo direitos e deveres para usuários, provedores de serviço e de conteúdo. Por causa dessa norma, a proposta de limitar os dados de uso da internet em redes fixas gerou contestação. Desde o primeiro trimestre do ano, uma polêmica surgiu em relação à cobrança da internet: algumas operadoras anunciaram que poderiam mudar a forma de cobrança da tarifa. Em vez de cobrar pela velocidade disponibilizada, como ocorre atualmente, a taxa passaria a ser baseada no uso de dados.

O principal argumento defendido pelas empresas para implantar o novo modelo é o fato de que o valor cobrado por serviços como água e luz se dá em função da quantia gasta mensalmente. Os provedores entendem que a internet também deve ter o mesmo sistema. A presidenta afastada, Dilma Rousseff, se posicionou contra a ação, pois não há argumento técnico, uma vez que vai na contramão do Marco Civil da Internet.

Caso a medida ganhe corpo, usuários de sites de streaming, como Netflix e YouTube (dois dos mais acessados da rede), e pessoas que fazem cursos on-line e faculdades a distância precisarão aderir a um plano mais caro. Um dos argumentos usados por quem é contrário à mudança é o de que ela veio para beneficiar e fortalecer as empresas de televisão a cabo. Os canais segmentados, principalmente os especializados em filmes, séries e música, foram os que mais perderam com o crescimento dos serviços de streaming em que informações multimídia são enviadas por meio da transferência de dados, utilizando redes de computadores, especialmente a internet.

**Procon e Anatel** – Segundo o diretor executivo da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor no Rio Grande do Sul (Procon-RS), Cauê Vieira, a medida é ilegal e um claro movimento de desrespeito: “A internet deve ser regulada por velocidade e não através de taxas sobre o uso de dados”. O dirigente vê que a saída é uma atualização na legislação, a fim de bloquear esse tipo de proposta, já que, nesse caso, a relação usuário/empresa acaba favorecendo apenas o lado das operadoras. Para ele, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), por exemplo, poderia adaptar os regulamentos para evitar o uso de brechas como esta. Vieira ressalta que o Procon vinha recebendo denúncias de que a internet já estava sendo oferecida nesses moldes. “Clientes nos ligaram para reclamar que as operadoras já cobravam

o uso por taxa de dados. Se a polêmica não fosse gerada, talvez nem soubessem que a cobrança é ilegal”, completa. Outra reclamação apontada é a não entrega de toda a velocidade prometida no contrato.

A agência se posicionou dizendo que as empresas poderiam fazer a alteração mediante requisitos determinados por lei, dentre os quais, a informação prévia ao consumidor. Diante da reação social, a Anatel voltou atrás e proibiu a mudança, até que a situação seja regulamentada. A assessoria de imprensa do órgão regulador preferiu não se posicionar, mas afirmou que durante o mês de maio serão feitas reuniões juntamente com setores da sociedade civil para que se chegue a um acordo. A agência alega que existem clientes que efetuam o pagamento nesse molde, com êxito, em outros países, como Alemanha e Estados Unidos. De acordo com dados disponibilizados pela Anatel, em março deste ano o Brasil contava com 25,8 milhões de acessos de banda larga fixa, sendo que, destes, 4.473.179 no Rio Grande do Sul, ou seja, a internet fixa está presente em 44 a cada 100 domicílios gaúchos.

**Visão jurídica** – Para o professor do Programa de Pós-graduação do Direito da UFRGS Bruno Miragem, especialista em direito do consumidor, nos contratos já existentes – isto é, naqueles casos em que o contrato não se limitava em franquias e era cobrado por velocidade – qualquer modificação deve ser acordada entre ambas as partes. Porém, a pressão imposta pelas operadoras pode ser abusiva,

fazendo com que o usuário não tenha noção das irregularidades por trás disso. “A novidade não pode vir a beneficiar a empresa com os contratos abusivos, pois é ilegal. Afinal, somente o consumidor acaba pagando a conta da decisão”, argumenta o professor, que é contrário à mudança. O pesquisador deixa claro que o mesmo ocorre em novos contratos, mesmo com o Código de Defesa do Consumidor proibindo a medida, pois não há base jurídica para a intervenção.

No ano passado, a limitação de dados foi aprovada em dispositivos móveis. Miragem diz que o projeto não poderia ter passado despercebido, “a discussão seria exatamente a mesma. Um adendo importante é que a internet fixa é, por lei, serviço público. Já a telefonia móvel é atividade econômica, por isso há mais liberdade para definir os termos de contrato. Levando em conta a relação consumidor/contratante, isso não poderia acontecer”, acrescenta o professor.

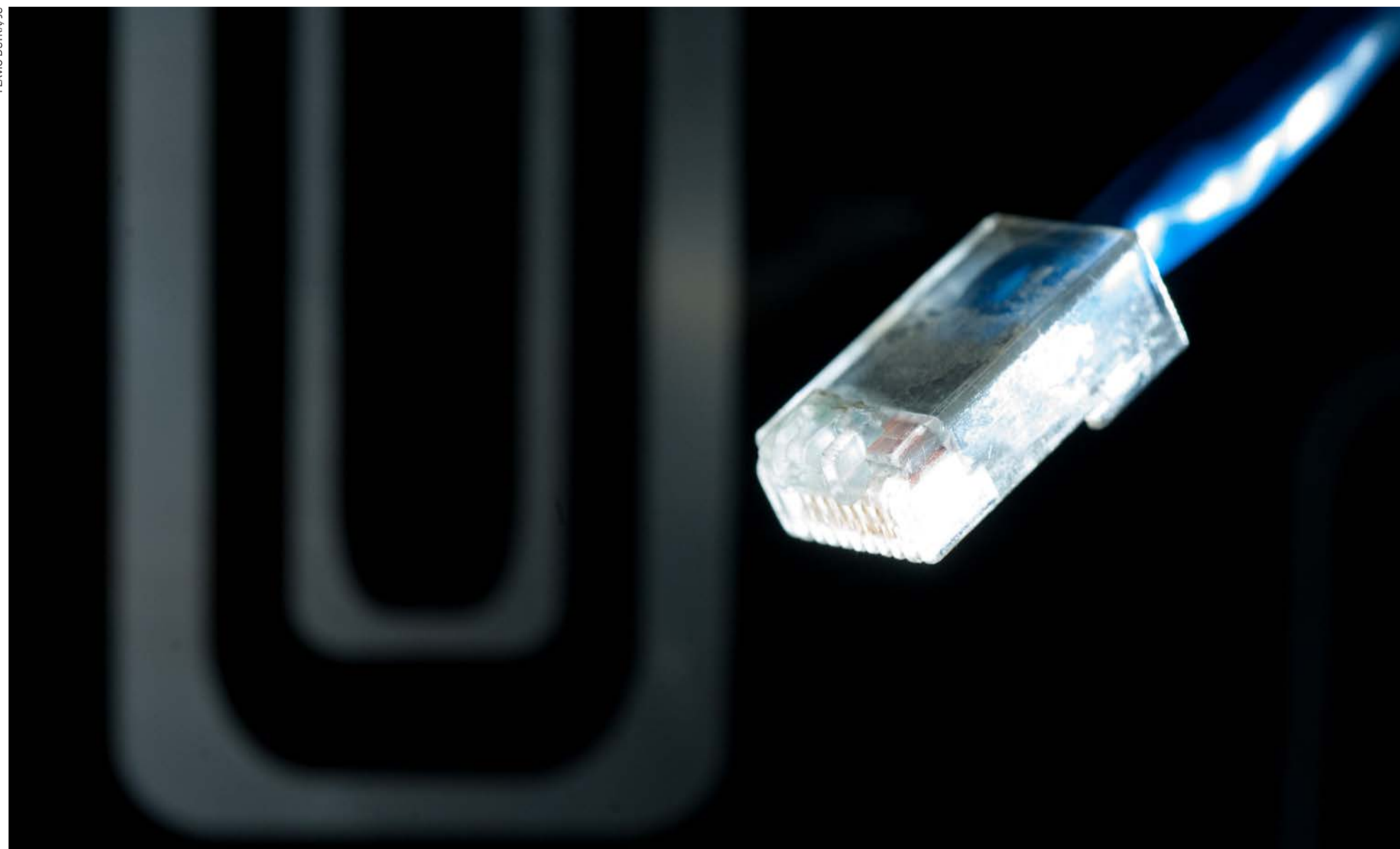
Miragem considera que o Marco Civil foi desrespeitado: “O fato a ser destacado é a neutralidade da rede. Isso significa que não se pode dar preferência a certos aplicativos, como ocorre na telefonia móvel, em que algumas operadoras liberam o WhatsApp e o Facebook em detrimento de outros sites e programas. Também não se pode discriminar o preço, cobrando valores diferentes para clientes que utilizam o mesmo pacote. Uma decisão nesses moldes prejudicaria os serviços de streaming e feriria a legislação vigente”.

O principal motivo para que

casos como esse ocorram é a brecha na lei, tendo em vista que poucas vezes a fiscalização acontece de forma severa. O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IBDC) inclusive já entrou com uma ação pedindo indenização por dano coletivo. “Geralmente a punição se dá por meio de multa, porém menos de 10% das infrações foram efetivamente pagas até agora, não funciona na prática. A indenização por direitos difusos (que abrange direitos coletivos e não mais individuais) normalmente vai para o Fundo Federal de Direitos Difusos (FFDD), assegurando as prerrogativas de quem foi violado. Esse tipo de sanção é o que tem gerado melhor resultado prático, já que, quando a reclamação é individual e passa pelo Ministério Público, o valor cobrado acaba sendo muito pequeno”, explica o professor.

A liberdade na internet avançou bastante ao longo dos anos, por essa razão qualquer limitação pode ser considerada um retrocesso. A medida fere o direito ao uso livre da internet e prejudica quem não apenas consome mas cria material on-line. Por isso é extremamente importante que a legislação defenda os direitos do consumidor. Desde que a internet foi disseminada entre os brasileiros, inúmeros blogs, textos e canais no YouTube foram feitos com o intuito tanto de aprendizado quanto de entretenimento, mudando a cultura de lazer que se tinha até os primeiros anos da década passada.

Kayan Moura, estudante do 4.º semestre de jornalismo da Fabico



# Prática e sustentabilidade

FLÁVIO DUTRA/JU



Alunos da Arquitetura e do IPH, além de estudantes estrangeiros, participaram do Ateliê Intensivo Internacional Práticas de Projeto Urbano

## Workshop

### Ideias para a despoluição da bacia hidrográfica que atravessa o Câmpus do Vale

Samantha Klein

Era possível se banhar no arroio que desce do Morro Santana à época em que o motorista Vladimir Machado Martins, 40 anos, foi morar na Vila Jardim Universitário, em Viamão. Na percepção dele e dos irmãos, as águas eram suficientemente limpas há 30 anos. Conforme o líder comunitário, essa situação começou a se modificar a partir dos anos 90, quando a população do bairro localizado ao lado do Câmpus do Vale da UFRGS aumentou exponencialmente.

Havia outras três ou quatro casas defronte ao antigo Campo Diamantina no ano em que a mãe de Vladimir conseguiu adquirir o terreno. Curiosamente, a residência resultou da troca por um toca-discos, segundo o morador. Assim, por um longo período, o som de Roberto Carlos deixou de ecoar entre a família. “Minha mãe se desfez do toca-discos, graças a isso temos onde morar até hoje. Muito tempo depois ela conseguiu comprar outro. Era uma casinha de madeira com fossa

séptica. Mais tarde conseguimos construir outra, que pouco a pouco foi ampliada. O bairro era quase deserto. Aos poucos, um parente ou amigo avisava alguém que havia terrenos disponíveis, e as pessoas foram ocupando a área”, relata.

Não há comprovação de que os córregos já não fossem poluídos, mas hoje é impensável tomar banho no arroio que faz parte da Bacia Mãe d’Água e corta a Vila Jardim Universitário em direção ao Câmpus do Vale. O acúmulo de lixo irregularmente descartado é impressionante. Todo tipo de cascalho, garrafas pet, pedaços de móveis e colchões são encontrados precariamente presos a uma pedra ou galho de árvore nos córregos. Além disso, também há o descarte de esgoto na rede de efluentes, causando poluição desde as nascentes. Todo esse material orgânico e sólido vai desaguar no Arroio Dilúvio e, conseqüentemente, no Guaíba.

**Em campo** – A Universidade, cujo Câmpus do Vale está localizado na divisa entre Porto Alegre e Viamão, vem tentando atuar na comunidade vizinha há décadas. Pelo menos uma dezena de projetos de pesquisa e extensão já foi realizada na Vila Santa Isabel – que engloba diversas áreas, inclusive a Vila Jardim Universitário.

Em abril, uma atividade pedagógica e propositiva foi realizada em parceria entre a UFRGS e universidades estrangeiras. O *Ateliê Intensivo Internacional Práticas de Projeto Urbano* teve como objeto áreas situadas na Bacia Mãe d’Água, junto ao Câmpus do Vale,

e contou com a participação de alunos de graduação da Faculdade de Arquitetura e do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH).

Além de estudantes brasileiros, participaram do ateliê estudantes franceses, argentinos e uruguaios. A meta era conhecer uma comunidade construída desordenadamente no entorno de cursos d’água, assim como propor medidas modestas de solução. “Não é a primeira vez que atuamos no Jardim Universitário, mas temos a expectativa de gerar uma dinâmica que no futuro torne possível uma ação realmente capaz de promover o saneamento de toda essa área. Agora, isso vai depender de acordos entre as prefeituras de Porto Alegre e de Viamão, além da Universidade”, ressalta o professor João Rovatti, da Faculdade de Arquitetura.

O docente alerta que o que ocorre hoje na Vila Santa Isabel vai atingir toda a cidade, mesmo que a vila esteja localizada em Viamão, pois a sujeira jogada na Bacia Mãe d’Água vai chegar ao Arroio Dilúvio e ao Guaíba. “Existe o aspecto da dificuldade em tratar com municipalidades diferentes. Afinal, quem é o responsável por lidar com o esgoto e o lixo de outra cidade que vai chegar ao Guaíba? Acredito que todo mundo tenha responsabilidade, seja a pessoa que joga o lixo na água, a Universidade que não limpa o arroio do IPH, a prefeitura que não recolhe os resíduos. A questão é entender a complexidade do problema e tomar medidas”, observa.

Há décadas é discutida a revitalização do Arroio Dilúvio. Um

projeto elaborado pela UFRGS e PUCRS em dezembro de 2012 surgiu após o tema ter sido recorrente nas eleições municipais daquele ano. A proposta, entretanto, está estagnada. Nem o projeto-base, que precisa de R\$ 2 milhões para ser elaborado, valor considerado baixo, saiu do papel. Quanto à realidade, que seria a execução das obras de recuperação ao custo estimado de cerca de R\$ 600 milhões, não existe qualquer previsão orçamentária no curto prazo.

### A proposta é gerar uma dinâmica capaz de promover o saneamento de toda a área

**Revitalização estancada** – André Luiz Lopes da Silveira, diretor do IPH, um dos órgãos envolvidos na elaboração do plano de revitalização do Dilúvio, lembra que o combate à poluição não pode estar focado exclusivamente na canalização e no tratamento do esgoto. “Somente tratar o rejeito doméstico significa combater a febre, mas não ataca a doença. Recuperação de áreas degradadas não funciona apenas plantando árvores ou colocando canos de coleta da Corsan. Tem de haver todo um planejamento que envolva a articulação entre departamentos municipais de

habitação, esgotos pluviais, água e meio ambiente de Porto Alegre. Porém, o projeto está totalmente parado desde 2012. A UFRGS e a PUCRS fizeram um plano de ações, mas não têm força para colocá-lo em prática”, afirma o dirigente. Já a prefeitura argumenta que não há dinheiro federal nem do município para executá-lo.

Em outra linha de frente, o IPH propôs a revitalização das águas dentro do Câmpus do Vale. O projeto “Nosso Dilúvio” pretende aplicar uma série de ações em conjunto com o Jardim Universitário com o objetivo de mitigar o descarte irregular e sanear o lago do Instituto, que tem densa vegetação de algas – um claro sinal de poluição decorrente do excesso de carga orgânica depositada no local –, além de realizar uma recuperação urbanística do seu entorno. “Essa ideia nos parece bem mais viável do que o projeto de revitalização do Dilúvio. Por isso sugerimos sua adoção como uma das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-UFRGS)”, revela André.

Alguns gargalos, no entanto, precisam ser estancados para viabilizar o projeto. Existe uma ação desigual e descoordenada das prefeituras de Porto Alegre e de Viamão na coleta e no tratamento de esgotos: o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) da capital realizou o projeto PISA, que ampliou de 27% para 80% o tratamento de esgoto na cidade, mas as cabeceiras em Viamão estão fora do sistema, assim como a barragem Mãe d’Água não tem prioridade em termos de saneamento para a Corsan em Viamão.

**Atuando no micro** – O campinho do Diamantina, que hoje é uma praça da Vila Jardim Universitário, é o único espaço público disponível aos moradores. Durante o workshop, o local foi um dos selecionados pelos oitos grupos de estudantes para a realização de uma análise dos problemas e a indicação das possíveis soluções.

A estudante Zoe Pecetto, da Escola Nacional de Arquitetura de Paris La Villette, já conhecia a realidade do lugar, pois foi intercambista da Universidade e está escrevendo o trabalho de conclusão de curso com esse foco. Com o workshop, ela acredita que o tema da preservação não pode ser focado somente na água, mas no entorno. “Não queremos fazer um projeto desenhado em uma prancha para entregar aos moradores da comunidade e ir embora. Evidentemente que a questão inicial era a água, mas nosso grupo extrapolou esse ponto para pensar na praça, único lugar de recreação do bairro. É um espaço público que precisa de cuidados, pois parte dos moradores joga lixo aqui. Esses resíduos acabam sendo carregados para os córregos”, considera.



FLÁVIO DUTRA/JU



O atendimento a crianças de até 12 anos é feito por equipes de estudantes de graduação e pós-graduação com a supervisão de professores

# Cuidado estendido

## Saúde bucal Clínica de Urgência da Faculdade de Odontologia amplia horários

A Faculdade de Odontologia da UFRGS disponibiliza atendimentos odontológicos para todos os públicos, independentemente da idade. São aplicações de flúor, restaurações, limpezas, extrações, adaptações de próteses, aparelhos ortodônticos, entre outros procedimentos.

O serviço foi criado nos anos 90 com o intuito de atender aos casos mais urgentes de pessoas que procuravam o setor. No início dos anos 2000, devido à ausência de reposição do quadro docente e à consequente redução de professores

na graduação e na pós-graduação, a Clínica de Urgência teve suas atividades parcialmente paralisadas. “Mesmo com a queda na disponibilidade de atendimento, o setor nunca deixou de atender pacientes da faixa etária infanto-juvenil”, informa o professor do Curso de Especialização em Odontopediatria Fernando Borba de Araujo.

**Ampliação** – Dentre os serviços disponibilizados, a assistência às crianças de até 12 anos em situação de dor e trauma bucal passou a ter maior atenção. Segundo Adriela Azevedo Souza Mariath, também docente do mesmo Curso, inicialmente eram distribuídas de uma a quatro fichas diariamente para atender os jovens que procurassem a odontologia da UFRGS por causa de dor, cárie ou trauma. “Sempre priorizamos os casos urgentes, mesmo que não fossem pacientes da Clínica Infanto-juvenil”, completa a professora.

Desde a sua implantação, esse tipo de atendimento é feito por ordem de chegada. Por conta do aumento da demanda nos últimos anos, os serviços para crianças de até 12 anos tiveram os dias e turnos ampliados. A clínica tem uma lista de espera muito grande, com 600 pacientes aguardando na fila, conta Adriela. Percebendo essa necessidade, a Odontopediatria fez uma reorganização a fim de acolher todos esses jovens, dando atenção aos problemas de dor das crianças com necessidade odontológica. Com isso, a partir do primeiro semestre deste ano, além das manhãs de terça, quarta e quinta-feira, das 8h30 às 11h30, existe atendimento nas noites de segunda, terça e quarta-feira, das 18h30 até as 21h30. Os jovens devem estar acompanhados de um responsável adulto portando documentos. O custo por consulta é de cinco reais. Um valor simbólico, mas que auxilia na manutenção dos ambulatorios.

Dependendo do caso de trauma ou cárie, aqueles que procuram o serviço de urgência poderão ser conduzidos para um tratamento especializado dentro da Clínica Infanto-juvenil. “É um upgrade que se dá ao paciente que vem com dor: é sanada a dor, resolvido o problema. Depois, avaliamos a possibilidade de um tratamento gratuito”, relata o professor. A clínica oferece todo o tipo de cuidado em termos de cárie e doença gengival, desde os procedimentos preventivos até os terapêuticos, incluindo restaurações, tratamentos de canal, extrações e a ortodontia (que é a correção e o alinhamento dos dentes), e o tratamento das gengivas. O espaço para o serviço é amplo e dispõe de boas instalações, conseguindo suprir grande parte das necessidades.

O atendimento é feito pelos estudantes da graduação e da pós-graduação que já trabalham com a Odontopediatria e procuram adquirir mais experiência e conhecimento

nesta área. É somente a partir do 8.º semestre do curso de Odontologia que os graduandos podem atender as crianças. Conforme o professor Fernando de Araujo, além dos alunos que estão cursando a disciplina da Clínica Infanto-juvenil, também atuam os participantes matriculados no Curso de Extensão Universitária de Urgência em Odontopediatria voltado a profissionais já formados e a estudantes de semestres adiantados. O trabalho representa o início da formação de uma especialização, na qual os futuros dentistas têm a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos em um campo específico. Para o estudante Filipe Bittencourt de Souza, que está cursando o oitavo semestre, cuidar dos jovens é uma grande experiência, diferente de todas as que teve ao longo do curso: “Tudo o que a gente faz aqui dentro é de grande aprendizado. Vamos subindo de graus, e a pediatria é importante por ser um manejo mais complicado”.

**Acompanhamento** – Os alunos têm a supervisão dos professores durante a realização do diagnóstico e na avaliação da condição do paciente. Ao final do atendimento, os docentes supervisionam a execução do tratamento antes de liberar as crianças. Caso os estudantes não consigam executar algum processo do serviço, o professor fica responsável por realizá-lo. Para o graduando Filipe de Souza, a ajuda docente é fundamental nesse início, já que eles lidam bem melhor com os pacientes. “Eles conseguem nos transmitir uma segurança maior, e a gente precisa bastante deles para atender”, diz o estudante.

O atendimento odontológico é elogiado principalmente pelos pais das crianças que usufruem o serviço oferecido. Dois fatores influenciam nessa avaliação: a forma do acolhimento, realizado com muita cautela e paciência, e o valor cobrado. Cleiton França, pai de Murilo, avalia positivamente o atendimento prestado a seu filho, que está completando um tratamento de três meses contra a cárie: “Pela maneira atenciosa e calma de lidar com as crianças, parece que eles têm uma experiência elevada. Além disso, o preço é muito acessível, se comparado a outros locais em que já levei meu filho”, completa.

Lucas Mello, estudante do 4.º semestre de Jornalismo da Fabico

## Dois-pontos

Antônio Falcetta, revisor  
antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

### ► O reivosr e o silnêico

Convicto, por vezes, penso que somos determinados pelo meio, pelos agentes externos que nos circundam à espreita de uma oportunidade, como se estivéssemos submetidos a uma operação que se inicia por um grampo telefônico. Dada, porém, a estratégia de início deste texto, surge-me um dilema: o fato de não ouvir com o ouvido direito seria algo que determina os meus modos de ser, ou o tenho sob meu domínio, adequando-o às minhas engenhosas pretensões? Como no mito de Procusto, o ser ajustar-se-ia às forças das circunstâncias? Ou estas seriam sempre revistas conforme a posição resultante do ímpeto dos sujeitos?

Para um revisor, afinal, tal deficiência não deixa de ser fator positivo, uma vez que palavra escrita não grita. Jaz quase imóvel, desejando apenas ser percebida. Como nossos olhos são rápidos, meu maior esforço na tarefa de revisão é o de ler todas as letras de um vocábulo para garantir a integridade das escrituras – e dos escritores. Quando lemos, não fazemos isso. *Nõa imortpa a oderm das ltreas drtneo da pvarala, bsata que a pmrreia e a úmtila etjasem no lguar crteo praa que vcoê enednta o que etsá ertiso.* Esse jogo evidencia que é um processo holístico a leitura de uma palavra, uma frase, um texto. Mas quando penso em “correção”, refiro-me ainda ao fato estético, conforme o qual a ausência de uma letra

fere, influenciando por decorrência o crédito no conteúdo – que é, enfim, o essencial.

Sabe-se que a língua necessita de certas credenciais para o ouvir ou o ler atentos. Um texto bem composto, produto muito mais do estilo que da obediência à gramática, seduz o interlocutor. Observo, nos diversos trabalhos que leio ou reviso, em maioria textos acadêmicos, a ausência de um olhar mais atento para as questões da linguagem. Desatenção às repetições excrescentes, reparáveis; o equivocado excesso de palavras como pretensão indicador de clareza; o limitado repertório de nexos. Esses aspectos obedecem a uma lógica situada entre a correção e a beleza do estilo, o que certamente tem tudo a ver com a

menor distância entre a intenção de quem produz um texto e as possíveis leituras. Há outros fatores, como o próprio meio ou o suporte da comunicação (papel, frequências moduladas). Não se pode, no entanto, ter pressa. Há que se escrever. Depois, deixar o texto e a cabeça descansarem. Então, retomá-lo e, aí sim, ajustar, aclarar.

Uma prótese mínima no ouvido esquerdo me permite ouvir muito bem. Poderia me submeter ao mesmo procedimento no outro. Mas ouvir mais para quê? Já me parece demasiado o que escuto. E para um revisor o silêncio é tudo. Se um dia temia ler livros, pois nunca mais seriam originais meus textos, hoje temo ouvir mais que o básico e me embriagar com tantas “verdades” efêmeras.



# Bons frutos do aprendizado

## Extensão Cultivo de frutíferas é foco de curso de capacitação

Dividindo-se entre as salas da Faculdade de Agronomia e a Estação Experimental Agronômica da UFRGS, situada no quilômetro 146 da BR 190, em Eldorado do Sul, o curso de extensão com foco em pomares domésticos chega a sua terceira década, com a proposta de capacitar e difundir os conhecimentos sobre a cultura de árvores frutíferas produzidos na Universidade.

O professor Paulo Vitor Dutra de Souza, do Departamento de Horticultura e Silvicultura e um dos coordenadores, conta que desde 1985 foram poucos os anos em que não houve uma nova edição, seja por uma greve ou porque um dos professores estava fora do país. Por conta disso, não sabe determinar ao certo qual a edição atual, mas tem certeza de que o curso continua importante e rendendo, literalmente, bons frutos, visto que o público se renova a cada ano e o interesse tem aumentado.

O curso Pomares Domésticos surgiu motivado pela grande quantidade de cartas que chegavam à Universidade, vindas dos mais variados lugares do estado, com dúvidas dos mais diversos tipos a respeito do cultivo e dos cuidados com as frutíferas. Isso

acabou gerando o desejo, segundo os idealizadores, de desenvolver um intensivo que pudesse levar o conhecimento produzido na academia para as pessoas interessadas no assunto. A ideia era ensinar a lidar com pomares, sanar dúvidas ou até ajudar quem desejasse começar a desenvolver um pomar doméstico.

No início, a capacitação durava aproximadamente uma semana, o que dificultava a estada de muitas pessoas vindas do interior do estado. Hoje, são três dias de duração: dois dedicados à teoria, com palestras e exposições orais de professores e de pós-graduandos – que aproveitam também para desenvolver a docência –, e um dedicado inteiramente à prática na Estação Experimental Agronômica.

O perfil dos interessados na formação, como analisa o professor Gilmar Marodin, também do Departamento de Horticultura e Silvicultura, manteve-se bastante homogêneo desde o início: são em sua maioria donos de pequenas propriedades rurais, aposentados e estudantes de agronomia. E, apesar de ter foco no público leigo, também há procura por parte de engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas com pouca experiência no campo da fruticultura e que desejam expandir seus conhecimentos.

“Uma preocupação que nós temos, hoje em dia, é o envelhecimento do setor agrícola. A área da fruticultura, em especial, possui muitos produtores que estão envelhecendo, e os filhos acabam indo embora para as cidades. Então ficamos pensando o que será des-

ses pomares. Para nós, ter jovens se interessando pelo assunto é algo muito bom; essa renovação é fundamental”, afirma Paulo Vitor. Chama a atenção, pois, o grande número de jovens que tem procurado o curso, na maioria estudantes de agronomia, que curricularmente somente têm acesso às disciplinas relacionadas à fruticultura no final da faculdade, mas que se interessam pelas mais diversas razões. Alguns deles acabam até se tornando pesquisadores da área.

**Teoria** – Dentro da programação da capacitação são tratados assuntos que abordam desde a escolha do lugar e do terreno adequados para o cultivo de árvores frutíferas até a colheita. “O desconhecimento gera muita frustração. Temos um ambiente bem complicado para produzir frutas no Rio Grande do Sul: um inverno rigoroso, chuvas excessivas e umidade relativa do ar bastante alta. É preciso, por isso, aprender como e o que é melhor para se produzir aqui”, afirma Gilmar.

O programa perpassa conteúdos que abrangem a escolha das mudas adequadas para o plantio, o modo como preparar o solo para recebê-las, as formas mais propícias de irrigação e nutrição para cada tipo de terreno. Além disso, são abordados aspectos relacionados à importância nutricional do consumo de frutas, principalmente as orgânicas e recém-colhidas, e seus benefícios para a saúde.

Com um viés quase em sua totalidade agroecológico, no que

diz respeito ao controle de pragas e doenças, são tratadas práticas focadas no conhecimento das causas dessas assolações, para que, assim, possam ser determinadas as curas adequadas, que, em sua maior parte, têm por fim práticas menos agressivas de tratamento tanto para a planta como para o cultivador, como a utilização de cinzas e caldas, além das técnicas de controle preventivo de infestações.

Com base na parte teórica abordada nas edições anteriores, foi produzido um livro intitulado Pomares Domésticos, que está sendo editado “pela terceira vez, a partir de materiais integralmente produzidos pelos professores que ministram a formação e, em grande parte, decorrentes de suas pesquisas. A publicação é utilizada como material de apoio, servindo para posterior aprofundamento e consulta. A obra também aborda com mais detalhamento, incluindo imagens e gráficos, as questões tratadas durante os dias de estudo de campo.

**Prática** – A Estação Experimental Agronômica da UFRGS possui cerca de 1.600 hectares, boa parte deles ocupados com a pecuária,

que é a principal fonte de renda da EEA. Para pesquisa, são 200 hectares reservados, que servem como modelo para que os estudantes de agronomia possam conhecer as mais diferentes espécies e as frutas da época.

No dia reservado à prática, os participantes do curso se deslocam até lá para experimentar os conhecimentos obtidos nos dias anteriores. Eles aprendem as técnicas mais variadas de plantio, poda e, como conclusão, podem sanar todas as suas dúvidas para que possam efetivamente engendrar seus pomares ou cultivar com mais domínio os já existentes.

“Nós temos essa preocupação de passar um pouco da nossa experiência, da tecnologia produzida dentro da universidade. Todas as nossas pesquisas são produto de décadas de estudo que acabam gerando os resultados aplicados no curso. Fruticultura exige muito. É uma atividade intensiva. Tentamos passar essa ideia de que a pessoa deve se dedicar se ela tem realmente vontade de desenvolver um pomar”, conclui Paulo Vitor.

Júlia Costa dos Santos, aluna do 4.º semestre de jornalismo da FABICO



O curso acontece durante o período de férias letivas, de 13 a 15 de julho, nos turnos da manhã e da tarde. Ele é aberto ao público, com valores diferentes para servidores, alunos e demais interessados. Para mais informações, contate o telefone 3308-8117, de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 10h30 e das 13h30 às 16h30.

A atividade, realizada de forma intensiva durante três dias, também aborda aspectos ligados à importância nutricional do consumo de frutas





FLÁVIO DUTRA/JU



**Verena diz que é preciso garantir um ambiente escolar em que alunos e professores sintam-se seguros para manifestar livremente suas opiniões**

# Temas sensíveis em sala de aula

**Ensino** *Historiadora Verena Alberti destaca os cuidados necessários à abordagem de questões como a ditadura e o racismo nas escolas*

Ânia Chala

Reflexo dos tempos de intolerância que estamos vivendo, a simples menção à ditadura, ao racismo ou à homofobia vem provocando uma série de conflitos em escolas e universidades em que professores são confrontados por estudantes, pelos pais, pelas direções dos estabelecimentos de ensino e até pelos próprios colegas de profissão. Tal quadro gera tensão e acaba inibindo docentes e alunos.

Esse foi um dos temas abordados por Verena Alberti na aula pública *Temas sensíveis e história oral em sala de aula* realizada no Salão de Atos da Universidade em 2 de maio. A atividade integrou a programação do XIII Encontro Nacional de História Oral: História Oral, Práticas Educacionais e Interdisciplinaridade, organizado pelo Programa de Pós-graduação em História da UFRGS e pela Associação Brasileira de História Oral, que mobilizou cerca de 800 professores, estudantes e pesquisadores.

Verena, que é professora da UFRJ e da UERJ, pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas e também docente em uma escola de ensino médio, recebeu a reportagem do JU durante um intervalo da programação do Encontro e falou sobre as condi-

ções necessárias à abordagem de temas sensíveis, como a ditadura e o racismo, pelos professores, além de refletir sobre alguns impasses no tratamento das informações trazidas pelas fontes de história oral.

***Têm sido frequentes os relatos sobre os problemas dos professores ao tratar com esses temas. Acha que houve recrudescimento dos embates?***

Minha avaliação parte muito mais de uma sensibilidade do cotidiano do que de dados objetivos, até porque, como ressaltai ao final da minha palestra, vivemos em uma democracia e não em uma ditadura. Mas acho que, de um determinado ponto para cá, ficou mais difícil de você se sentir seguro enquanto professor ao tratar de certos assuntos. Ao abordar os chamados temas sensíveis – que incluem também as questões religiosas e de gênero –, não só é preciso garantir um ambiente seguro em que os estudantes se sintam capazes de se expressar sem se sentirem inibidos, como também o professor precisa ter na escola em que trabalha uma garantia de que a instituição vai apoiar esse seu risco. Porque, quando você traz esses temas para a sala de aula, está correndo risco, já que vários embates irão se formar ali. E não é só a gente que traz para a sala de aula: eles são trazidos para a escola, pois ela não está isolada do restante da sociedade. Ela é uma

microsociedade. E o professor, por vezes, não está preparado para trabalhar com isso. E mesmo quando ele está e aproveita que essa questão surgiu, pode depois ter problemas na instituição com os próprios colegas ou com os pais. Então, um dos requisitos básicos é que não só os alunos se sintam seguros, mas também os professores.

***Esse é um problema generalizado?***

Isso não está ocorrendo só no Brasil, mas fora daqui também. Há uma onda conservadora muito forte em todo o mundo. Outro dia, conversava com um colega, professor de história bastante experiente, nascido na Alemanha. Ele me disse que recentemente foi à sua terra natal e ouviu frases que jamais pensaria, como “os judeus são isso mesmo”. Coisa que na Alemanha jamais se pensaria, justamente porque aquele país desenvolveu uma política de Estado obrigatoriamente trabalhada em todas as escolas em torno de questões como o holocausto. Ele se surpreendeu, pois os alemães falavam coisas impensáveis há alguns anos. Aí a gente, que é professor de História, começa a se perguntar sobre o que fizemos de errado.

***Em função dessa ascensão do conservadorismo, consideras que os historiadores podem ter dificuldade com fontes que se sintam ameaçadas, como, por exemplo, pessoas ligadas aos movimentos sociais?***

Talvez a gente possa aproveitar a mesma resposta dada em relação às escolas: não, se garantirmos aos entrevistados um ambiente seguro e que a sua entrevista será conservada de maneira respeitosa. Na história oral, o componente da ética é muito forte na relação com o entrevistado. É sempre desejável orientar-se de acordo com os limites definidos pelo entrevistado. Também a instituição tem de demonstrar que dá garantias a essa pessoa. O CPDOC nasceu em 1975, ainda durante a ditadura, e foi preciso criar uma imagem e, mais do que isso, a certeza nas pessoas de que se iria preservar aquele depoimento e respeitar as condições expressas pelo entrevistado. Mas acho que os movimentos sociais já estão bastante fortalecidos e talvez o momento não seja de inibir essas vozes. Possivelmente essa seja justamente a hora de falar mais por causa dessa onda conservadora.

***Por quê? A dificuldade maior não é fazer a fonte falar?***

O mais sensível não é você colher o depoimento, nem o fato de ele ficar guardado em um arquivo, mas o que fazer com ele. Aí, sim, é preciso tomar muito cuidado e ter uma grande sensibilidade sobre a forma de trazer essas questões para a escola, para a sociedade ou mesmo para uma instituição de memória. Tudo para que aquela fala não seja percebida como uma afronta, para que não seja vista como algo que continue esse embate, essa polarização.

É preciso calçar a nossa fonte de recursos capazes de sustentar que aquilo que ela está falando é fidedigno. Por exemplo, durante a aula pública, eu apresentei um trecho da entrevista da Eni Moreira muito impressionante [advogada ligada ao escritório de Sobral Pinto, que defendia os perseguidos políticos da ditadura civil-militar brasileira]. Eni narra seu choque ao fazer a identificação do corpo da militante Aurora do Nascimento Furtado, brutalmente torturada e morta em 1972 aos 26 anos de idade. Acredito que no ensino de momentos traumáticos é fundamental evitar expor a vítima em demasia. Existem filmes excelentes, com cenas que reproduzem de forma bastante realista as situações de tortura ocorridas durante o regime de exceção. Por isso, ser muito explícito talvez não seja o melhor caminho, até porque é muito doloroso. O mais interessante na fala da Eni é que ela não faz uma descrição do processo da tortura, mas do estado em que ela encontra o cadáver de Aurora. Nos dias atuais, determinados setores – e não apenas no Brasil – podem argumentar: “Ah, mas isso ela está inventando!”. Então, quando apresentamos trechos como esse, temos de calçá-lo de outros elementos que garantam credibilidade e respeito ao que está sendo relatado. Inclusive porque, nesse mundo saturado de imagens, é preciso evitar a banalização.

***Tuas preocupações incluem os critérios de seleção do material a ser usado em sala de aula?***

Sim, porque no momento em que você escolhe um trecho de um depoimento para apresentá-lo a um grupo de estudantes é preciso ter claro o motivo da seleção. Quando se faz esse recorte, se perde o que veio antes, o contexto. Logo, o que é óbvio para quem gravou a entrevista não o é para quem vai ouvi-la mais tarde. Por isso, ao interferir em um documento oral, é preciso deixar claro que documento é esse e em que contexto ele foi gravado. Quando a gente constitui um material didático, isso tudo deve ser considerado. Creio que o ensino de história fica mais rico se aprendermos a trabalhar com as fontes, já que o livro didático traz muitas vezes um discurso enciclopédico, com uma sequência de fatos quase sem análise e sem autoria. A facilidade que a internet nos dá para acessar vários documentos é ótima, mas é preciso cuidado. Por exemplo, no site da Biblioteca Nacional você tem hoje uma coisa genial que é a hemeroteca digital, na qual é possível consultar um acervo com vários textos de jornais. Isso permite fazer uma pesquisa por tema em que apareçam instantaneamente inúmeros documentos. Mas, para um pesquisador, isso é apenas o começo: porque a gente fica com uma colcha de retalhos nas mãos à qual é preciso dar um sentido. Tenho uma notícia, mas não sei em que página foi publicada, se teve uma chamada de capa. Isso tudo eu percorro. Antes, quando tínhamos uma relação analógica com os documentos, esse manuseio nos permitia ver o todo, pois ele também me traz informações sobre o que estou pesquisando.



# Legado comunista no Brasil

**História** Anita Leocádia Prestes relembra a trajetória do líder político que percorreu o país

Samantha Klein

Aspirante a revolucionária por herança familiar, Anita Leocádia Prestes é uma importante fonte para contar a trajetória do maior líder comunista que o Brasil já teve. Morto em 1990, Luiz Carlos Prestes é tema de recente biografia publicada pela filha historiadora. Ao longo de três décadas, Anita reuniu documentos e depoimentos para recontar os principais fatos da vida de Prestes. Fruto do relacionamento entre o político e Olga Benário, Anita nasceu em um campo de concentração e conheceu o pai somente aos oito anos de idade.

O livro *Luiz Carlos Prestes – Um Comunista Brasileiro* traz momentos importantes da história nacional, como a Coluna Prestes, que percorreu 25 mil km defendendo reformas na República Velha, resultando nas condições para a Revolução de 1930 – mesmo que Prestes não tenha ade-

rido à ala de Getúlio Vargas. A autora também aborda o exílio e a perseguição aos quais o chefe político foi submetido, assim como a atuação do Partido Comunista Brasileiro.

A historiadora esteve na UFRGS em março, realizando palestra na Faculdade de Ciências Econômicas, em um evento promovido em parceria entre o Programa de Pós-graduação em Ciência Política e o Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (Nupesal) da Universidade.

**Qual é a importância do seu livro nos dias atuais?**

Minha preocupação é que os jovens tenham contato com a verdade histórica sobre Prestes, que, obviamente, não é definitiva. Comprometi-me com isso até para desmentir uma série de calúnias criadas em torno dele. Teve gente falando que Prestes era líder de todos os brasileiros, mas a verdade é que ele era líder dos trabalhadores, dos explorados, dos

oprimidos, e jamais da burguesia, jamais das classes dominantes. No contexto atual do Brasil, são muitas as contribuições, inclusive a visão que ele tinha a respeito do PT, que, aliás, hoje se confirma na prática.

**“O PT nunca me enganou” já disse a senhora. Qual a sua avaliação do momento político?**

Sim, eu e o Prestes sempre vimos o PT como defensor da burguesia, e não dos operários. Enxergo o cenário brasileiro de forma muito pessimista. Como sempre, quem mais sofre é o povo. É lamentável porque não temos opções. Enquanto os setores populares estiverem desorganizados e sem lideranças realmente comprometidas, vamos assistir ao entendimento entre as elites, que trazem soluções que asseguram somente seus interesses. As manifestações pelo impeachment mostraram uma alienação muito grande. Sei que havia até banqueiro

na rua; é, portanto, um movimento elitista. Pesquisas do Datafolha comprovaram isso. Os empresários estavam contentes com Dilma até o ano passado, mas com a crise se tornou mais interessante destituí-la e entregar o governo a outra aliança.

**Como era a sua relação com Prestes, já que seus primeiros anos de vida se sucederam longe dele?**

Como meu pai estava preso, fiquei um tempo no México com minha tia e minha avó. Nos correspondíamos através de cartas, até que retornei ao Brasil quando ele saiu da prisão em 1945. Houve um período de muita convivência até o final de 1947, ocasião em que ele teve seu mandato de senador cassado e precisou retornar à clandestinidade. Nos momentos em que estivemos juntos, ele me levava aos atos políticos. Gostava muito de criança, ainda mais de mim, filha da Olga Benário, que foi a grande paixão da sua vida. Fazia todas as minhas vontades. Com o retorno dele à clandestinidade, continuamos a nos corresponder. Durante o governo Dutra, morei em Moscou, pois muitos comunistas foram mortos, e o PCB achou melhor que me exilasse. Consegui retornar em 1957, no governo do Juscelino, mas meu pai ainda estava preso. Depois que o juiz José Monjardim Filho revogou a prisão, passamos a conviver estreitamente.

**Foi nessa época que você resolveu escrever sobre a vida dele?**

Foi mais tarde, nos anos 80. Antes disso, em 1964, me formei em Química. Havia estagiado em uma fábrica de borracha da Petrobras e ia trabalhar lá, mas veio o golpe, e com isso todos os comunistas foram colocados na clandestinidade. Passei a me dedicar à atuação no partido e voltei para o exílio na URSS. Retornamos em 1982, e o pessoal começou a insistir para que Prestes escrevesse suas memórias. Ele lembrava tudo, principalmente da Coluna. Em 1989, compareceu à minha defesa de tese sobre o movimento (um ano antes de morrer), cujo trabalho transformei em livro. Era docente na UFRJ, mas não sabia ainda que iria escrever uma biografia.

**A senhora teve algum dilema ético ao produzir a biografia?**

Não, de forma alguma. Tudo o que ele e eu criticávamos está no livro. As diferentes autocríticas ao partido foram expostas em um artigo escrito por mim, “Que heranças os comunistas devem abandonar”, ainda nos anos 70. Fiz uma análise da história do PCB e da visão de que antes de fazer uma revolução socialista era necessário fazer uma revolução anti-imperialista e anti-latifúndio, e desenvolver um capitalismo autônomo. Essa concepção estava profundamente arraigada no pensamento latino-americano, mas era fruto do desconhecimento da realidade do continente. Na ocasião em que essa concepção foi formulada, ainda não existiam as pesquisas

de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Francisco de Oliveira. Eu e Prestes estudamos muito a realidade brasileira e percebemos que tínhamos de modificar essa estratégia surgida nos anos 1920. Foi assim que ele rompeu com o PCB. É um exemplo de como ele aceitava as críticas.

**Se ele e os soldados percorreram 25 mil km, porque o grupo não tentou tomar o poder?**

Porque eles não tinham forças para seguir adiante. No início da Coluna Prestes, a ideia era marchar sobre o Rio de Janeiro, entretanto, esse grupo de 1,5 mil pessoas não dispunha de armamentos nem de logística. Quando ocorreu a reunião do contingente do Rio Grande com os paulistas em Foz do Iguaçu, em abril de 1925, o general que havia comandado o Levante de São Paulo foi à Argentina tentar enviar armamento para o Brasil, mas não conseguiu. Também houve a informação de que haveria um carregamento de armas na Bahia, o que não se confirmou. Portanto, não havia possibilidade de marchar sobre o Rio de Janeiro para derrubar o governo. Seria uma loucura, um suicídio. Assim, eles decidiram encerrar a marcha. Durante o levante, ficaram impressionados com a miséria do povo no campo, por isso Prestes defendeu o encarceramento da Coluna, o estudo da situação e a busca por uma solução.

**Após as experiências, Prestes avaliou a Coluna como uma utopia?**

Bem mais tarde ele chegou a dizer que aquilo foi uma aventura de jovens. Mas foi importante, porque a Coluna e o Tenentismo – a Coluna foi o movimento mais importante dos levantes de tenentes do Exército – formaram o cenário que resultou na derrubada da República Velha e na vitória da Revolução de 1930. A Coluna abalou violentamente as estruturas do poder oligárquico.

**Mesmo após o fracasso de modelos como o chinês e o russo, a senhora acha que ainda existe espaço para o comunismo e as ideias de seu pai?**

Acredito que sim, principalmente para quem lê com seriedade *O Capital* e entende que o capitalismo é um tipo de estrutura social que se move por contradições cada vez mais graves. O que Marx falava há cem anos sobre concentração do capital está diante de nossos olhos. Quem conhece a obra dele sabe que nunca disse que o capitalismo cairia de podre. Terão de surgir forças sociais e políticas capazes de derrubá-lo. Infelizmente, não acontecerá tão cedo, até porque houve erros sérios reconhecivelmente cometidos na União Soviética e em outros países socialistas. O capitalismo se renova com sacrifícios da população. Na Europa, o Estado de Bem-estar Social desapareceu, deixando claro que o capitalismo, por melhor que se proponha, não persiste. Tenho convicção de que o socialismo ainda será o futuro.

GUSTAVO DIEHL/JU





# No limite da legalidade

**Paraísos fiscais**  
*Negócios lícitos e ilícitos se confundem na tentativa de pagar menos impostos ou ocultar fortunas*

Samantha Klein

O termo paraíso fiscal remete, no senso comum, a uma ilha paradisíaca ou aos Alpes suíços que oferecem vantagens tributárias para a abertura de empresas. Há vários motivos para procurar um escritório de advocacia e abrir uma conta em um desses lugares, sendo o principal deles o pagamento de menos impostos. Esses recursos depositados em paraísos fiscais estarão, geralmente, isentos de tributos locais, o que explica a atração de países como as Ilhas Cayman ou as Ilhas Virgens Britânicas. Além disso, a transmissão de herança entre pai e filho que sejam sócios ou beneficiários de uma offshore sem ter que pagar taxas é uma razão legítima para o investimento em contas no exterior, uma vez que essas operações não serão necessariamente ilegais.

A investigação denominada Panama Papers trouxe à tona mais de 11 milhões de documentos secretos, revelando que 140 políticos de 50 países estão conectados a companhias offshore em 21 jurisdições secretas. A apuração mostrou que a consultoria panamenha Mossack Fonseca realiza serviços de ocultação do verdadeiro proprietário ou de seus sócios. Essa pode ser uma estratégia para um novo investidor que não queira ser imediatamente identificado no mercado internacional, mas também abre possibilidades para sonegação, evasão de divisas e corrupção. Assim como um milionário de uma petromonarquia pode ocultar sua riqueza, políticos corruptos podem utilizar uma offshore para esconder o dinheiro desviado dos cofres públicos.

Segundo o professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS Eduardo Plastina, após a revelação do esquema de ocultação de sócios das offshores, é determinante que cada país citado realize um pente-fino nas operações de fuga de divisas. “Dentro desse volume de documentos se identificam várias operações de pessoas físicas e jurídicas. Algumas são legais, declaradas para os fiscos de origem das pessoas, mas há um volume gigantesco de recursos irregulares ou supostamente irregulares. Não à toa, o primeiro-ministro da Islândia renunciou ao cargo. Algumas pessoas não



Protesto em frente ao Tesouro britânico em 2013 alertava para o impacto dos paraísos fiscais do Reino Unido sobre as nações mais pobres

declararam ou não têm renda suficiente para ter tais fortunas de forma lícita. Mas como aferir a origem legal? As receitas federais e os bancos centrais precisarão fazer o trabalho de malha fina e investigação”, explica.

**Invisibilidade** – Estima-se que entre 21 e 32 trilhões de dólares em riqueza privada estejam localizados em jurisdições secretas com nenhuma tributação ou levemente tributados. Além da ausência ou quase ausência de impostos, a invisibilidade do sócio da offshore é uma vantagem adicional para os negócios ou crimes.

“A movimentação de recursos sempre gera alguma vantagem aos paraísos fiscais. Mesmo que não existam impostos, invariavelmente haverá a cobrança de taxas e despesas, além do acesso de pessoas endinheiradas por meio do turismo. A Suíça tributa as offshores, mas a não identificação dos proprietários de conta é fundamental no ambiente competitivo dos negócios, por exemplo. Claro que isso abre brechas para a ocultação de dinheiro de crime organizado, prostituição internacional, tráfico de drogas e corrupção”, salienta Eduardo, que é docente do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais.

O Índice de Sigilo Financeiro da organização inglesa Tax Justice Network classifica nações de acordo com o seu segredo e a escala de suas atividades financeiras offshore. A Suíça está em primeiríssimo lugar, seguida por Hong Kong, Estados Unidos, Cingapura, Ilhas Cayman, Luxemburgo, Líbano,

Alemanha, Bahrein e Dubai. O Panamá, sede da Mossack Fonseca, aparece em 13.º lugar no ranking.

Levantamento realizado pela Tax Justice Network em 2014 revela que o Brasil tem 520 bilhões de dólares não declarados depositados ilegalmente em paraísos fiscais. O montante coloca o país entre as nações com o maior volume de remessas não declaradas, ficando atrás de China, Rússia e Coreia do Sul.

## A invisibilidade do sócio da offshore abre brechas para sonegação, evasão de divisas e corrupção

Para enviar cifras ao exterior sem deixar rastros, os doleiros, colocados em evidência pela Operação Lava Jato, são peças do tabuleiro do desvio de dinheiro. Eles compram e vendem dólares no mercado paralelo em limites muito acima do permitido pela legislação do país. Sua principal função é resgatar valores localizados em contas no exterior; no caso da investigação realizada pela Polícia Federal, descobriu-se a simulação de importações para dar uma aparência legal à evasão de divisas.

**Repatriação de recursos** – Por conta desse cenário bilionário de dinheiro desviado do Brasil

sem taxação ou comunicação ao Banco Central, alguns escritórios especializados estão buscando clientes para regularizar sua situação no exterior. Conforme o advogado Newton José de Oliveira Neves, um dos mais importantes do país na área, muitos empresários e investidores enviaram remessas para paraísos fiscais no período de alta inflação e instabilidade econômica no Brasil, durante a década de 1980 e no início dos anos 90.

Com o objetivo de regularizar recursos lícitos, a Lei 13.254/16 concede prazo para a repatriação de dinheiro enviado ao exterior de forma não declarada à Receita Federal, mas que também não é proveniente da corrupção. O governo estima arrecadação de 100 bilhões de reais com a declaração de recursos que ultrapassam os 400 bilhões de dólares, conforme estimativa da Receita Federal, contabilizada no final de 2014, quando o dólar estava em 2,60 reais.

“Nos anos do governo Sarney, a inflação chegou a 80% ao mês. Para ficar supostamente protegido, eram abertas sociedades offshores em paraísos fiscais. Isso, portanto, é tipificado como evasão de divisas. A nova legislação lista os crimes de sonegação, corrupção passiva, falsificação de documentos que tenham relação com a prática de emissão de recursos ao exterior sem o conhecimento do Banco Central. Pela lei, se você pode declarar o montante, pagar imposto e multa, estará anistiado”, sustenta o advogado.

A Receita Federal regulamentou no ano passado um acordo

intergovernamental, assinado entre Brasil e Estados Unidos, para a melhoria da observância tributária internacional e implementação do Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA). O documento é uma lei dos Estados Unidos para aplicação por instituições financeiras em escala mundial. Os bancos devem controlar e reportar às autoridades fiscais estadunidenses informações relativas a pessoas físicas ou jurídicas norte-americanas sobre remessas ao exterior. O descumprimento implica a possibilidade de os Estados Unidos taxarem em 30% os valores remetidos de seu território a essas instituições financeiras estrangeiras.

“Estamos começando a viver uma era de ‘malha fina mundial’, portanto, quem não aderir ao programa poderá ser pego pela Receita e responder a crime. Essas multas são altas, mas vale mais a pena pagar agora do que arcar com os custos de um advogado e do processo penal mais tarde. Se o dinheiro for lícito, entra na lei. O deputado atualmente afastado da presidência da Câmara, Eduardo Cunha, por exemplo, não poderá aderir à legislação de repatriação de lucros. O primeiro requisito é dinheiro de origem lícita para não correr o risco de ser processado”, considera Neves.

O acordo está inserido no contexto de um esforço mundial, liderado pelo G-20, de combate a práticas de erosão da base tributária e transferência de lucros. A rede deve aumentar no próximo ano, tornando menores as possibilidades de evasão sem deixar rastros.



# Conservação aliada à produtividade

## Biodiversidade Pesquisadores propõem estratégias para preservar os campos do RS

Felipe Ewald

“Quando relato minha pesquisa, as pessoas costumam ficar chocadas: ‘Você trabalha numa área que tem pastejo? Mas não é uma área degradada?’. Não, é justamente o contrário, precisa haver esse distúrbio numa quantidade controlada, ou seja, um bom manejo, para que haja alta biodiversidade. Em uma área abandonada, uma planta pode se desenvolver muito mais do que as demais, produzindo uma grande quantidade de biomassa e não permitindo a entrada de luz, sufocando, por fim, as outras espécies”, esclarece Bianca Andrade, pós-doutoranda no Laboratório de Estudos em Vegetação Campestre (LEVCamp), que integra a Rede Campos Sulinos.

Essa constatação de que para conservar uma área de campo não se pode isolá-la é a maior barreira a ser transposta para que se alcance a preservação da biodiversidade. No imaginário do senso comum – e mesmo entre alguns pesquisadores, acrescenta Bianca –, quando se olha para um campo, pensa-se que ele é resultado da devastação de florestas. “No entanto, quando o clima era mais seco e frio, o sul do Brasil era basicamente composto de campos e cerrado, com florestas apenas em áreas de falhas e beiras de rio. Com o aquecimento dos últimos milhares de anos, as florestas passaram a ocupar essas áreas. Em consequência do atual processo de aquecimento global, essa situação pode se acentuar. A maneira de conter isso é implantando manejo por gado ou fogo”, explica a pesquisadora. Sem nenhuma atividade, a floresta avançará – ainda que existam outros limitantes para esse avanço, como na zona oeste do estado, em que o solo é mais raso e há períodos de seca.

**Diferencial** – Além de conservar a vegetação nativa e seus serviços ecossistêmicos (retenção de umidade, fixação de carbono no solo, etc.), a importância de se preservarem os campos reside também no fato de que, diferentemente da floresta, é possível associar a preservação à produção, atingindo a sustentabilidade – contanto que se faça um manejo adequado da área. Alia-se rentabilidade com diversidade por meio da pecuária, já que o pastejo é regulador da vegetação.

Nesse sentido, reforça a professora Ilsi Boldrini, uma das

coordenadoras do LEVCamp, há inclusive uma valorização do gado que se alimenta em campo nativo, em comparação ao que é criado em monoculturas de pasto ou em confinamento. Isso porque o animal precisa de grande diversidade para selecionar sua alimentação, tendo cada planta uma função diferente – fibras para digestão, proteína para o crescimento.

De acordo com a docente, essa carne possui mais valor comercial, pois colabora com a conservação dos campos e tem sabor diferenciado, garantindo qualidade superior. Além disso, ela cita estudos indicando que a carne de gado que pasteja em campo nativo tem maiores teores de Ômega 3 – e um bom equilíbrio com Ômega 6 –, similares aos níveis encontrados em peixes. Já o gado criado em monocultura de braquiárias, por exemplo, tem desequilíbrios entre essas substâncias.

**Legislação** – Ilsi pontua que os campos foram negligenciados no Código Florestal Brasileiro, o qual se adapta exatamente apenas a florestas. Ela sugere que o mais apropriado seria haver um código

da vegetação nativa brasileira. Isso porque, no que tange à proteção, o Código Florestal prevê o isolamento da área, apregoando a ausência total de manejo. Tal procedimento, como já se esclareceu, não é adequado à vegetação campestre. Assim, em unidades como a Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã (entre Quaraí e Alegrete), torna-se um problema cercar tudo e deixar intocado, já que o campo vai sendo tomado por arbustos, ocorrendo, como resultado, o avanço das florestas. Também há o risco de grandes queimadas por conta da acumulação de biomassa morta, o que, por consequência, degrada a biodiversidade, lembra Bianca.

Conforme as pesquisadoras, os técnicos que atuam nas áreas de preservação já estão atentos a isso, mas falta ocorrer alteração na legislação. Isso já vem sendo discutido com os gestores no Conselho do Parque dos Aparados da Serra, além de em outras instâncias, para que se encontrem formas de viabilizar a presença de gado no interior da unidade. “Como a diversidade se mantém com a produção, é preciso juntar as duas. No caso dos campos no Rio

Grande do Sul, a produtividade em longo prazo é mais rentável do que a cultura de soja, por exemplo – além de ser muito mais sustentável. Em termos de políticas públicas, deve-se incentivar o desenvolvimento da pecuária nas áreas que ainda não foram convertidas para agricultura”, complementa Ilsi.

Há ainda outro conflito com a legislação vigente. Trata-se do Cadastro Ambiental Rural (CAR), previsto no Código Florestal, que deve ser obrigatoriamente realizado por todos os proprietários de imóveis rurais do país. Esse instrumento vem sendo interpretado de tal forma que considera que a presença de rebanhos elimina a vegetação nativa original. Como consequência disso, os perímetros de campo nativo ligados a pastejo acabam por ser considerados Áreas Rurais Consolidadas, sem a possibilidade de se constituírem Reserva Legal (a qual deve compor 20% da propriedade). Para combater o que considera um equívoco, a equipe da Rede Campos Sulinos lançou a nota técnica *Campo Nativo não é Área Rural Consolidada*, argumentando que a interpretação vigente inviabi-

liza a proteção da vegetação nativa. Segundo os pesquisadores, os campos da região sul são utilizados há mais de três séculos para a pecuária. Além disso, a presença dos rebanhos sobre a vegetação nativa campestre não provoca a sua supressão.

O material informativo recomenda que “todas as áreas de propriedade com uso para pecuária sobre campo nativo devem ser declaradas como remanescentes de vegetação nativa, e não como área consolidada”. Defende também que na reserva legal seja admitido o uso econômico sustentável dos recursos naturais por meio da pecuária.

“A esperança é que o pecuarista, vendo a produtividade aumentar com o manejo ligado ao campo nativo, resolva estender a sistemática para toda a propriedade”, entusiasma-se Ilsi. Para isso, terá de buscar estratégias de recuperação da vegetação nativa, as quais ainda não estão bem desenvolvidas no Brasil. Atualmente, utiliza-se transferência de feno, que “consiste em buscar uma área bem conservada, coletar matéria seca com sementes e distribuí-la no local a ser recuperado”, explica Bianca.

## Experiência que enriquece

Pensando nas estratégias de recuperação do campo nativo no bioma Pampa, a equipe de pesquisadores do LEVCamp desenvolve um trabalho para identificar diferentes níveis de alteração do ecossistema a partir de um modelo de referência – uma área bem manejada, que conta com distúrbio causado por fogo ou por pastejo.

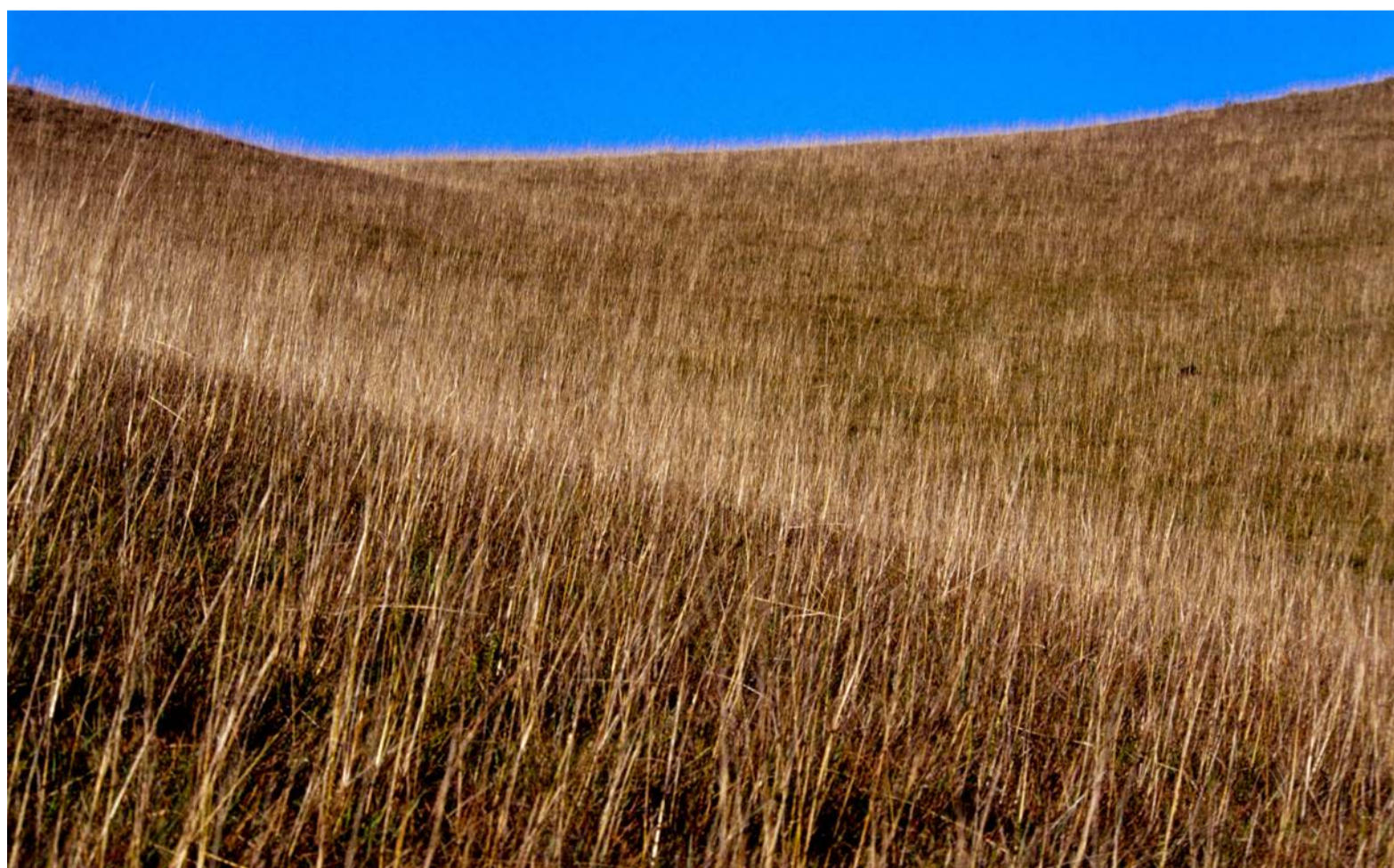
“O modelo conceitual tenta captar as diferentes intensidades de alteração do ambiente para entender o processo de degradação. Isso nos permitirá identificar como será possível realizar a restauração. A ideia do

modelo é estabelecer quais são os limites em que, alterando-se os fatores de distúrbio, a vegetação consegue se recuperar. Por exemplo, se a degradação é intensa e o banco de sementes se perdeu, é necessário intervir com a distribuição de feno”, elucida Bianca.

Há, ainda, a possibilidade de um limite em que a degradação intensa torna inviável a recuperação, como em áreas de mineração, em que há a retirada das camadas de solo e alteração do relevo, alerta a pesquisadora.



Esse projeto de pesquisa sobre os campos nativos no sul do Brasil serão tema do portal de divulgação científica UFRGS CIÊNCIA ([www.ufrgs.br/secom/ciencia](http://www.ufrgs.br/secom/ciencia)).



Nos Campos de Cima da Serra, como a carga animal é baixa, é utilizado o fogo para reduzir a dominância de uma determinada espécie



# Solidão em música e dança

Ópera na UFRGS Montagem cênica e musical traz a Missa do Orfanato de Mozart em formato inédito

Everton Cardoso

Um coro com 35 vozes, uma orquestra com 29 instrumentistas, um corpo de 12 bailarinos-atores e uma equipe técnica de 33 pessoas compõem o elenco do projeto Ópera na UFRGS que participa da montagem do espetáculo *Tempos de Solidão – Missa do Orfanato*. Com colaboração do Colégio Anchieta e do Teatro São Pedro, a iniciativa tem por objetivo dar aos estudantes do Instituto de Artes a possibilidade de participar de uma produção de grandes dimensões e, também, oferecer a Porto Alegre um espetáculo cênico diferente daqueles com os quais a população local está habituada. Depois do sucesso das três óperas do período Barroco, decidiu-se mudar tanto a característica musical – agora típica do período classicista – quanto o formato do espetáculo – uma montagem cênica sobre uma missa musicada. Segundo a diretora do IA e coordenadora geral do projeto, Lucia Carpena, a opção foi por uma obra um pouco mais moderna do que as anteriores. A música da obra sacra foi composta por Wolfgang Amadeus Mozart em 1768.

“Como nas edições passadas, tivemos de conciliar o interesse pedagógico com o artístico e combinar isso com recursos de infraestrutura, recursos humanos e com a força de trabalho artístico dos alunos”, diz Lucia sobre o projeto que é essencialmente pedagógico. Outra

questão é a necessidade de adaptação à capacidade de execução por parte dos estudantes. “Não temos curso de percussão e metais, por isso, tivemos de chamar gente de fora”, explana. Como a intenção é sempre aproveitar ao máximo o alunado do curso de Música da Universidade, isso acaba sendo um critério decisivo na hora da seleção.

Exatamente por essa mesma razão, nesta edição do Ópera na UFRGS, a escolha recaiu sobre uma peça de outro gênero, e não a reedição de uma obra lírica. “Chegamos a pensar numa ópera de Mozart, mas temos a questão dos solistas. É preciso experiência e maturidade específicas para desempenhar esse tipo de papel”, ressalta a diretora. E completa: “Foi por esse motivo que optamos por fazer uma obra em que o destaque fosse o coro. Há solistas que saem, cantam sozinhos e voltam para o coro. Há, portanto, oportunidades para os alunos solarem, mas o conjunto é que protagoniza”. A participação do corpo de cantores, aliás, é um ponto interessante do espetáculo: eles ora atuam junto do grupo de atores-bailarinos, ora apenas cantam. “São estudantes de canto aprendendo a cantar em cena”, assevera a professora.

De acordo com a coreógrafa do espetáculo, Letícia Paranhos, o ponto de partida para a concepção foi a solidão, que de alguma forma era trazida já pelo título da obra. No entanto, é importante destacar que a peça composta por Mozart é uma missa e, por isso, tem um texto

que, cantado em latim, compõe as partes e as falas características do rito católico romano. O próprio nome da peça não é descritivo de seu conteúdo; ele faz referência ao local em que provavelmente foi apresentada pela primeira vez e para cuja inauguração fora composta.

No caso da montagem pela UFRGS, é importante o caráter coletivo do trabalho. Conforme a bailarina que organiza a dança do espetáculo, desde as audições, o corpo de baile e os assistentes de direção apresentaram propostas cênicas e coreográficas. “Partimos da ideia deles. Eles criam uma partitura coreográfica e, em cima

desses exercícios de improviso, vamos aprimorando”, conta Letícia. Na montagem que inclui episódios referentes ao nascimento, à vida e à morte, a coreógrafa vê uma intensidade ímpar. Isso porque, ela avalia, esses são estudantes de Teatro, ainda que alguns tenham experiência em dança. “São pessoas que têm a mente mais aberta e não estão preocupados com a execução de uma técnica perfeita, como um bailarino. Estão mais atentos à cena e fazem o que for possível para levá-la adiante.”

O regente e diretor musical do espetáculo, Diego Schuck Biasibetti, diz que participar do projeto Ópera na UFRGS é uma experiência de

aprendizado longo e intenso. “Sou ex-aluno da Universidade e neste espaço consigo colocar minhas ideias musicais”, conta sobre um processo que considera de crescimento e que lhe permite atuar na liderança do conjunto musical. Para ele, os estudantes têm no projeto uma oportunidade única de estarem numa montagem que se aproxima muito do que encontrarão em suas atuações profissionais. Ainda, destaca, é preciso que estejam atentos ao conjunto do espetáculo, além da execução da peça musical. “Aqui, somos quase secundários, já que é uma fusão entre teatro, música e cena”, avalia positivamente.

## Experiência pedagógica

Os estudantes de Bacharelado em Teatro Laura Hickmann e Leonardo Lewicz são veteranos nas montagens cênico-musicais da UFRGS e têm uma opinião bastante positiva sobre o projeto. Laura, que está no terceiro semestre do curso, viu em sua participação uma oportunidade de voltar ao seu passado como dançarina – prática que tinha antes do ingresso na graduação. “Está sendo uma experiência diferente. É um processo em que as cenas surgem dos alunos. Desde o início, trazemos propostas cênicas em um trabalho colaborativo”, analisa sobre o espetáculo que contém muitas das inquietações dos integrantes. Já para Leonardo, que está no sétimo semestre, o projeto é uma chance de se aproximar da música. “Nesta montagem, existe uma relação entre abstrato e figurativo. No teatro, as cenas representam algo mais concreto, enquanto na dança o corpo está em movimento sem significar algo específico. Assim, acabamos investigando um lugar que fica no meio do caminho entre essas duas coisas”, esclarece. Guilherme Roman Marangon, aluno do sétimo semestre no curso de Música, considera a experiência de integrar as montagens de ópera na Universidade – ele

esteve em todas, nos coros – enriquecedora. Para ele, parte interessante da experiência é participar da cena, ou seja, destacar-se do conjunto de cantores e atuar de forma independente no palco. Mais do que apenas cantar, tem de seguir marcações de cenas. “Como futuro performer, isso acrescenta muito. A gente se solta, percebe uma dinâmica diferente do pessoal do teatro”, conta sobre a experiência que considera única também por possibilitar-lhe cantar com uma orquestra. “Sou bem travado, então é sempre um desafio. Quanto mais coisas se têm de fazer enquanto se canta, mais interfere no canto”, completa. André Sant’Anna, estudante de terceiro semestre de Música e também já veterano nas montagens líricas da UFRGS, diz que o espetáculo deste ano tem a característica de ser mais livre, marcado pelo processo criativo. Na visão dele, a dificuldade maior está justamente em cantar ao mesmo tempo em que atua: “É preciso prestar atenção no maestro, no canto e na cena. São duas coisas diferentes. Só no coro já temos de ficar atentos às outras vozes. Na parte cênica também. É bem confuso, então temos de estudar muito e prestar atenção no que os organizadores têm a falar”, conclui.

FLAVIO DUTRA/JU



**i**  
Apresentações ocorrem nos dias 4 de junho, às 20h; 5 de junho, às 15h e 18h; no Teatro São Pedro, com retirada de ingressos gratuitos a partir de 1.º de junho na bilheteria do teatro

O conjunto de músicos que apresentará *Tempos de Solidão – Missa do Orfanato*, durante ensaio da peça sob a regência do maestro e diretor musical Diego Biasibetti

# “É triste o jeito que o Brasil está”

MILET MERELLES



## Entrevista Maria Bethânia fala de sua dedicação à carreira de intérprete, do valor da poesia em sua vida e de seu amor pelo país

Ânia Chala

*Comigo me desavim  
Sou posto em todo perigo  
Não posso viver comigo  
nem posso fugir de mim.*

Esses versos, nos quais o poeta Sá de Miranda revela estar de mal consigo mesmo, deram nome ao primeiro espetáculo em que Maria Bethânia utilizou a poesia, em 1967, fazendo o que sabe melhor: falar ao coração das pessoas com o espírito forte de sua voz. *Comigo me desavim* de certa forma traduz o sentimento de um país que parece ‘desavido’ consigo mesmo.

O encontro com Bethânia marca a abertura da série *Sobre a palavra futuro*, mote do Unimúsica que comemora os 35 anos do projeto [leia mais sobre a programação na página seguinte]. Ao apresentar o espetáculo *Bethânia e as palavras*, no dia 2 deste mês, no Salão de Atos da UFRGS, a intérprete propõe uma reconexão com o universo da poesia. No palco, a baiana lerá poemas e textos selecionados por ela, mesclando-os com canções pouco usuais em seu repertório. O projeto tem a colaboração de Hermano Vianna e Elias Andreatto e a participação do violonista Paulinho Dafilin e do percussionista Carlos Cesar.

Nesta entrevista, concedida por telefone à reportagem do JU, ela revela a dedicação ao seu ofício e reafirma a importância da poesia estar presente em todas as salas de aula.

*És reconhecida como uma intérprete que dá espaço a autores consagra-*

*dos, mas também a jovens compositores. Como tu fazes esta seleção?*

Eu recebo muitas coisas. Sempre recebi de compositores desconhecidos e de gente que estava começando carreira. Sempre me interessei em ouvir o que essas pessoas estão pensando, quais são suas vontades, saber sobre o que elas estão compondo. É lógico que isso entra no meu repertório quando me toca o coração, quando me comove, quando sinto que é uma verdade, que a pessoa escreveu aquilo porque era urgente escrever, enfim, quando bateu com o meu gosto, meu sentimento e a possibilidade de contribuir com a minha interpretação. É o único critério: deixar o coração escolher e saber dos seus limites e das suas capacidades. Bem simples. E cada vez recebo mais, o que muito me alegro. Graças a Deus, tenho conseguido compositores excelentes que me mandaram uma música meio timidamente, através de alguém conhecido ou de um amigo, e que hoje são estrelas no Brasil. Fico muito feliz de ver as pessoas vencerem através da minha escolha.

*Em teus shows, além da presença de palco, transparecem outros cuidados. Essa afinação parte de que princípios?*

Eu sou chata, exijo demais, mas acho que é necessário porque em qualquer trabalho você tem de ter rigor. E quanto a essa coisa de ser só uma apresentação do tipo uma música após a outra sem um sentido, isso eu não consigo realizar. Não sei fazer um recital simplesmente. Preciso ter uma ideia que eu possa

trabalhar, com princípio, meio e fim, que me permita caminhar por ela. Tenho isso naturalmente, mas aprendi e herdei de Fauzi Arap, meu mestre, meu diretor, meu autor, o cara que me olhou e disse: “Você é uma intérprete diferente e única e tem de fazer o que você é”. Ele me ajudou nessa parte teatral, na dramaturgia, num espetáculo de música; foi ele quem me iluminou [Arap nasceu em 1938, em São Paulo, foi ator, diretor e dramaturgo, considerado pioneiro na direção de shows musicais no país. Faleceu em 2013]. Tive sempre diretores de teatro, cenógrafos e iluminadores de teatro, porque preciso desses elementos teatrais para amparo. Preciso desses apoios para a minha expressão acontecer, para que ela venha plena, porque ela tem teatralidade. Primeiro, aprendi intuitivamente; depois, estudando com o Fauzi. Eu me dedico a essa coisa e isso exige muito do músico. A música é uma coisa bastante livre; prazerosa, rápida, ágil. Ela é perfume, evapora, invade, é abstrata. Teatro não. Teatro é maciço, é pedra, é palavra. Então, para conseguir conciliar isso, realmente, sou uma profissional exigente. Exijo muito, quero que tudo esteja de acordo. Senão, ficam faltando elementos para compor o pensamento, a ideia e a expressão.

*Em tua estreia oficial, em 1965, impressionaste público e crítica com a força de interpretações como “Caracará”. Aquela Bethânia da década de 60 ainda vive?*

É ela, a única, só tem uma e é aquela mesma. Vou seguir can-

tando enquanto ela estiver viva, enquanto ela puder e quiser cantar. É a menina, a criança, aquela de que a gente não é dona. É a fagulha de Deus. Agora, quanto aos suados 51 anos de carreira, isso é um trabalho de aprendizado, de prazer, de conhecimento, de técnica, de saber usar e aproveitar o que de fora dela existe para que ela possa se expressar mais clara e firmemente. E isso é dedicação. Eu vivo para o meu ofício, para cantar, para trabalhar. Deus não me deu marido, filhos, família. Eu sou do meu trabalho, sou do meu ofício. Sinceramente, meu ofício é tão bonito, tão rico, tão prazeroso que não sinto falta de nada! É absurdo até. Lógico que adoraria ter filhos, adoro criança, mas penso que, nessa encarnação, eu nasci para ser o que sou, cantar o que estou cantando, fazer o que estou fazendo, essa missão aqui. Eu, pelo menos, adivinho que é isso.

*Teu amor por Fernando Pessoa já resultou no recebimento da Ordem do Desassossego, medalha do governo português. Consideras possível levar a poesia para as salas de aula?*

No meu texto de abertura, vou contar exatamente por que aconteceu essa leitura e onde foi. É tudo ligado à sala de aula, que foi onde aprendi poesia: estudando em colégio público, com meu professor de português. Acho que o Brasil tem direito. Um dia, Deus vai dizer amém, e vai acontecer de a poesia, e a arte de um modo geral, estar em todas as salas de aula. Poesia é uma coisa muito fina, delicada. Mas o mundo anda muito estúpido,

grosseiro, sem humor, rígido, todo metido não sei a quê. Perdendo o encanto de tudo. Poesia é um universo, uma loucura total! Não me interessa perder o encanto por uma coisa delicada, sensível, que mexa com outras áreas do meu corpo, do coração, da minha mente, da minha inteligência. Eu não quero ficar assim como está o mundo, Deus me livre! Posso estar fora de moda, mas prefiro isso do que ficar desse jeito corrido, perdido, sem graça, entediado, raso...

*Que poetas ou poemas brasileiros traduzem o que estamos vivendo no Brasil?*

Esse momento está difícil para um poeta! Está mais para um advogado, para um político ou para a polícia. Na poesia brasileira temos o João Cabral, que nos disse que palavra é pedra. Ele talvez pudesse falar muito bem sobre o momento atual, se bem que eu acho que ele iria preferir outras praias. Está difícil para a poesia. Não tem poesia no momento. Para mim, um dos problemas do Brasil é justamente não haver poesia. Tem de ter poesia, paixão! Além de tudo o mais que falta, falta paixão e poesia em tudo: nos movimentos contra ou a favor, de quem, do quê, do não, do sim, do talvez, do que for. Minha geração viveu o auge da ditadura, mas foi abrindo caminho: veio o tropicalismo, a bossa nova, as canções de protesto, cada um na sua área.

*Mas tu não achas que em relação àquela época, além de faltar poesia está sobrando intolerância?*

Eu era muito menina, tinha 17 anos, e já me vi fazendo o *Opinião*, assinando embaixo do trabalho de um grupo de autores, de poetas, de gente de teatro e de música. Acho que isso fortalece toda a história de Chico, de Caetano, do Gil e dos exilados, de toda a escrita deles nesse período. Foi uma época deslumbrante; mesmo com a censura se escrevia. Hoje falta poesia. E quando falta, começa a sobrar tudo quanto é vagabundice: intolerância, autoritarismos, toda essa coisa de poder. Leio jornal muito raramente e, quando ligo a televisão para me informar um pouco, é terrível: só se fala em doença, dinheiro, roubo e política. É dinheiro, precisa fazer dinheiro, precisa fazer dinheiro. E doença, doença, doença. De manhã, de tarde, de noite. É insuportável para o ser humano. É um massacre em cima das pessoas. Não tem nada mais! Só uma hora ou outra, entra uma música bonita numa novela, um programa no Arte 1, um curta, um texto do [Jorge] Mautner. Acho muito triste o jeito que está o Brasil. Sou louca pelo meu país, apaixonada mesmo, e fico triste. O Brasil que eu amo, de dentro, do interior, de coragem, do sertanejo sério, de homens direitos, de mulheres trabalhadoras, de guerreiras e guerreiros. É um país que me deixa admirada olhando. Os cabocos deviam tomar isso tudo de volta, os índios todos, e fazer uma pajelança, todo mundo nu, chupando manga e namorando...

## AGENDA

Redação Ânia Chala | Fone: 3308-3368 | Sugestões: jornal@ufrgs.br



## DESTAQUE



## Sobre a palavra futuro

## Unimúsica Projeto celebra 35 anos com shows de mulheres

Em um feliz contraponto ao atual quadro político, a edição deste ano do Unimúsica terá seis espetáculos com vozes femininas. Para celebrar os 35 anos de um projeto dedicado à música, o Departamento de Difusão Cultural da Pró-reitoria de Extensão propõe nos fazer pensar sobre os desafios e possibilidades que estão diante de nós.

A temporada inicia no dia 2 deste mês com Maria Bethânia e o show *Bethânia e as palavras* (veja entrevista na página 13) e será encerrada em 3 de novembro com Elza Soares e o seu *A mulher do fim do mundo*. Entre julho e outubro, o público poderá ver no palco do Salão de Atos da UFRGS Juçara Marçal, Marluí Miranda e Karina Bühr, além de Carina Levitam, Gisele de Santi, Gutcha Ramil

e Vanessa Longoni reunidas para um show coletivo, criado especialmente para o Projeto.

“Começamos a pensar na proposta para 2016, tentando evitar as habituais retrospectivas tão comuns nesse tipo de comemoração. Ao contrário de fazermos uma reflexão sobre o caminho já trilhado, optamos por trabalhar com a palavra futuro, pensando no que temos pela frente e no que pode a poesia, a canção e a música diante em uma época de desencantamento do mundo”, conta a curadora do projeto Lígia Petrucci. Quanto à escolha de Bethânia para abrir o Unimúsica, Lígia destaca que ela foi convidada em função de sua conhecida militância pela poesia, por ser uma artista que há anos vem se dedicando à palavra poética na canção e na poesia propriamente dita que a cantora baiana costuma inserir em seus shows.

Conforme Lígia, a programação também procura fugir à ideia óbvia de que o futuro está somente nas novas gerações e, por isso, encerraremos com Elza Soares. “O futuro também está nessas artistas de

longa carreira, cujo trabalho traz exemplos de renovação, de reinvenção e de resistência. O que de melhor podemos dizer no Brasil desses dias senão mostrar a trajetória de pessoas que são ‘duras’ na queda?”, explica.

Como sempre, a entrada é franca, mas neste ano, em vez da tradicional troca de ingressos por alimentos não perecíveis, o público deve doar livros em bom estado de conservação. A iniciativa é fruto de uma parceria entre o Departamento de Difusão Cultural e o Instituto de Letras da Universidade, e os exemplares serão distribuídos para novos leitores em bibliotecas de bairros, associações de moradores, escolas públicas e cursinhos populares. Outra mudança é o fim da reserva de ingressos via internet, medida que busca reduzir o índice de desistência registrado nas edições anteriores. Em contrapartida, o DDC está ampliando o horário para a retirada dos ingressos: do mezanino do Salão de Atos ficará aberto das 9h às 20h, três dias antes de cada espetáculo. Mais informações pelo telefone 3308-3933.

## CINEMA

## Em Cartaz: Cinema pelo Mundo

Nova edição da mostra organizada pela Sala Redenção em parceria com o SESC/RS exibirá uma seleção de quatro clássicos que homenageiam a sétima arte. Entrada franca.

**O ARTISTA E A MODELO** (Espanha, 2012, 104 min), de Fernando Trueba  
Sessões: 1.º de junho, 16h; 6 de junho, 19h; 7 de junho, 16h; 10 de junho, 19h

**ATTILA MARCEL** (França, 2013, 106 min), de Sylvain Chornet  
Sessões: 1.º de junho, 19h; 2 de junho, 16h; 7 de junho, 19h; 8 de junho, 16h

**ESTRADA PERDIDA** (EUA, 1997, 134 min), de David Lynch  
Sessões: 2 de junho, 19h; 3 de junho, 16h; 8 de junho, 19h; 9 de junho, 16h



**SERPICO** (EUA, 1973, 130 min), de Sidney Lumet  
Sessões: 3 de junho, 19h; 6 de junho, 16h; 9 de junho, 19h; 10 de junho, 16h

## Brasileiros: Cinemas

Ciclo promovido pelo cinema universitário Sala Redenção em parceria com o SESC/RS que apresenta cinco produções nacionais realizadas nos últimos cinco anos. Entrada franca.

**A VIDA NÃO BASTA** (Brasil, 2013, 86 min), de Caio Tozzi e Pedro Ferrari  
Sessões: 13 de junho, 16h; 17 de junho, 19h; 20 de junho, 19h; 24 de junho, 16h

**SUPERNADA** (Brasil, 2012, 94 min), de Rubens Rewald  
Sessões: 13 de junho, 19h; 14 de junho, 16h; 20 de junho, 16h; 21 de junho, 19h

**CARA OU COROA** (Brasil, 2012, 124 min), de Giorgetti  
Sessões: 14 de junho, 19h; 15 de junho, 16h; 21 de junho, 16h; 22 de junho, 19h

**HOJE** (Brasil, 2011, 90 min), de Tata Amaral  
Sessões: 15 de junho, 19h; 16 de junho, 16h; 22 de junho, 16h; 23 de junho, 19h

**A ALMA DA GENTE** (Brasil, 2013, 80 min), de Helena Solberg, David Meyer  
Sessões: 16 de junho, 19h; 17 de junho, 16h; 23 de junho, 16h; 24 de junho, 19h

## Ciclo de Cinema Cultura de Periferia

Mostra realizada pelos departamentos de Educação e Desenvolvimento Social e de Difusão Cultural da Pró-reitoria de Extensão. Entrada franca.

**MESTRES DO VIADUTO** (Brasil, 2012, 88 min), de Ana Estrela e Bárbara Viggiano  
Sessão: 9 de junho, 9h

**A BATALHA DO PASSINHO** (Brasil, 2013, 75 min), de Emílio Domingos  
Sessão: 16 de junho, 9h

**BANCA FORTE** (Brasil, 2014, 55 min), de Giovanni Borba  
Sessão: 23 de junho, 9h

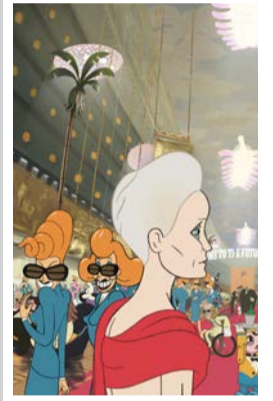
**PIXOÇÃO II** (Brasil, 2014, 81 min), de

Bruno de Jesus Rodrigues (Locuras)  
Sessão: 30 de junho, 9h

## Em Cartaz: Animações

Em parceria com o SESC/RS, a Sala Redenção exibe quatro animações contemporâneas. Entrada franca.

**O MENINO E O MUNDO** (Brasil, 2013, 80 min), de Alê Abreu  
Sessão: 27 de junho, 16h



**O CONGRESSO FUTURISTA** (França/Israel, 2013, 132 min), de Ari Folman  
Sessões: 27 de junho, 19h; 28 de junho, 16h

**O SEGREDO DE ELEONOR** (França, 2009, 80 min), de Dominique Monférry  
Sessões: 28 de junho, 19h; 30 de junho, 16h

**O MENINO DA FLORESTA** (França, 2013, 96 min), de Jean-Christophe Dessaint  
Sessões: 29 de junho, 16h; 30 de junho, 19h

CineDHebate  
Direitos Humanos:  
Documentários

Projeto da Liga de Direitos Humanos da Faculdade de Educação em parceria com a Sala Redenção. Curadoria de Giancarla Brunetto e Nykolas Correia Motta. Entrada franca.

**CINEMA OLHO** (URSS, 1924, 78 min), de Dziga Vertov  
Sessão: 29 de junho, 19h

## MÚSICA

## Vale Vale

Projeto do Departamento de Difusão Cultural da Universidade que abre espaço para divulgar a produção artística dos estudantes da UFRGS, incluindo shows, oficinas, saraus e espetáculos variados. Curadoria de Sinara Robin.

**OS RENASCENTES**  
Show com o quarteto formado por João Ortácio (vocais e guitarra), Átala Viana (baixo e voz), Alexandre Fritzen (teclados) e Dionísio Monteiro (bateria). O grupo, cujas composições têm influências que vão do pop ao psicodélico, busca inspiração em filmes, livros e nas artes visuais.  
Data: 15 de junho  
Local: Palco Grego do Câmpus do Vale, 12h30  
Entrada franca

## TEATRO

## TPE - Mulheres da Cena

Em sua 13.ª edição, a mostra universitária de teatro homenageia as mulheres em sua diversidade de corpos e pensamentos. O projeto é uma iniciativa do departamento de Arte Dramática do Instituto de Artes, que conta com o apoio das pró-reitorias de Pesquisa e de Extensão da Universidade.

**PLATÔNICO**  
Trabalho de conclusão da atriz Julia Kieling.  
Datas: 1.º, 8, 15, 22 e 29 de junho  
Local e horário: Sala Qorpo Santo, em sessões às 12h30 e às 19h30  
Entrada franca, com distribuição de senhas uma hora antes de cada apresentação

## EXPOSIÇÃO



## ImagineFrance: a viagem fantástica de Maia Flore

Organizada pelo projeto Unifoto do Departamento de Difusão Cultural da UFRGS em parceria com a Aliança Francesa de Porto Alegre, a mostra fotográfica apresenta as imagens produzidas

pela fotógrafa Maia Flore ao percorrer castelos, museus e monumentos franceses entre julho e setembro de 2013.  
Visitação: 15 de junho a 29 de julho  
Local e horário: saguão da reitoria, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h  
Entrada franca

## Postcards from Brazil

Exposição do fotógrafo pernambucano Gilvan Barreto, cujo trabalho busca na propaganda oficial as imagens turísticas de uma natureza exuberante que engoliu histórias de perseguição e morte durante a ditadura civil-militar brasileira, ajudando a esconder um estado de exceção. Cura-

doria de Carlos Carvalho.  
Visitação: até 10 de junho  
Local e horário: pátio central do Câmpus Centro – junto à Faculdade de Educação, das 7h às 22h  
Entrada franca

## De Formados

Coletiva que apresenta os trabalhos resultantes das pesquisas de 34 artistas graduados no Bacharelado em Artes Visuais do IA. A mostra reúne obras de linguagem múltipla e híbrida em fotografia, vídeo, desenho, pintura, escultura, instalação e cerâmica.  
Visitação módulo I: até 10 de junho.  
Visitação módulo II: 22 de junho a 15 de julho

Local e horário: Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, segunda a sexta-feira, das 9h às 18h  
Entrada franca

## Pinacoteca Barão de Santo Ângelo - Módulo II

Mostra que exhibe parte da coleção de gravuras, desenhos e fotografias da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo do Instituto de Artes da UFRGS. Curadoria de Blanca Brites e Paulo Gomes.  
Visitação: até 17 de junho  
Local e horário: Museu da UFRGS, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h  
Entrada franca  
Agendamento de grupos pelo telefone 3308-3390

## ONDE?

► **Museu da UFRGS**  
Oswaldo Aranha, 277  
Fone: 3308-4022

► **Palco Grego**  
Bento Gonçalves, 9.500  
Fone: 3308-3933

► **Pinacoteca Barão de Santo Ângelo**  
Senhor dos Passos, 248  
Fone: 3308-4302

► **Reitoria**  
Paulo Gama, 110  
Fone: 3308-3051

► **Sala Qorpo Santo**  
Luiz Englert, s/n.º  
Fone: 3308-4318

► **Sala Redenção**  
Luiz Englert, s/n.º  
Fone: 3308-3933

► **Salão de Atos**  
Paulo Gama, 110  
Fone: 3308-3933

## Meu Lugar na UFRGS

### Compondo memórias

Subindo ao décimo quinto andar de um prédio comercial na rua Annes Dias, chegamos à sala Armando Albuquerque, ligada ao Programa de Pós-graduação em Música. Fabrício Gambogi – compositor, produtor e arranjador porto-alegrense de 32 anos – nos recebe nesse espaço “pouco fotogênico” de onde brotam as melhores lembranças de suas vivências durante a graduação e o mestrado em Música.

Dois pianos, cadeiras com braço, sistema de som com caixas possantes, janelas de vidros rachados e turvos que apenas deixam entrever uma vista deslumbrante no eixo da avenida João Pessoa, abrangendo o Câmpus Centro, a Redenção, indo até o Morro da Polícia. Se o visual da sala de paredes beges não é atraente, o que desperta memórias significativas em Fabrício são os momentos de coletividade vividos lá dentro, desde os tempos do bacharelado em composição. Isso porque, ele explica, nessa habilitação da música a dinâmica das aulas envolve a escuta coletiva pela turma de uma peça composta por um dos alunos para que os colegas e o professor discutam e sugiram possibilidades. “O professor não expõe um conhecimento exato; ele dá ferramentas para que a gente consiga se expressar”, complementa.

Por se localizar junto ao centro, chegam à sala, por vezes, os ruídos do intenso movimento das ruas. Isso gerou, certa vez, um evento inusitado que ficou marcado na recordação de Fabrício. Estavam sentados em círculo escutando a composição para piano e oboé de um aluno reproduzida no equipamento de som. Em determinado momento, segundo indicava a partitura – cada um tinha a sua cópia –, o oboé, que estava em silêncio, deveria voltar a soar, acompanhando o piano. Isso de fato aconteceu, mas o que deixou todo mundo

estarecido foi a buzina de um carro passando pela João Pessoa que soou, no instante exato, a mesma nota – “um si bem gordo!” –, com a mesma duração executada pelo oboé. Todos se olharam abismados sem entender muito bem o que tinha acontecido e acabaram esquecendo a canção em meio ao tumulto que se desatou na sequência. Ao final da reprodução, o professor virou para o aluno e perguntou quanto ele havia pago ao motorista.

Com histórias como essa, os laços de afeto de Fabrício com esse lugar da Universidade foram se construindo até culminar no que ele considera o evento mais marcante vivido lá: a defesa da dissertação de mestrado em Composição Musical, que gerou o álbum *Eco em Horizonte* – um ciclo de músicas para grupo de câmara lançado recentemente.

Apesar de guitarrista de origem, as composições são para uma formação com violino, viola, oboé, clarinete, piano, contrabaixo, vibrafone e percussão. Essa é uma particularidade do ofício de compositor, o qual não necessariamente executa as peças que cria. Fabrício esclarece que é preciso, no entanto, conhecer os sons, as possibilidades e as limitações de cada instrumento, além de estudar repertórios específicos. Para esse aprendizado, contribui muito a convivência com diferentes instrumentistas, o que não é exatamente favorecido pela estrutura dispersa dos espaços por onde circulam os estudantes dos cursos de Música da Universidade. De qualquer forma, para o músico, a sala Armando Albuquerque será sempre um lugar de referência para onde retornar.

Felipe Ewald

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

## Perfil



## Administrador por vocação

### Astrofísico Edemundo da Rocha Vieira atuou para além da sala de aula

Jacira Cabral da Silveira

Edemundo cresceu em uma propriedade rural na cidade de Viamão, na região metropolitana de Porto Alegre. Com seus onze irmãos, cinco mulheres e seis homens, foi alfabetizado pela mãe, que era professora e dava aula em casa, onde também compareciam as crianças das redondezas. Aos nove anos de idade, ele apostou que pularia de cima de uma árvore, e saltou. Um ano depois, sem ter falado aos pais sobre a dor que sentira à época, foi constatado que uma de suas pernas não crescia como a outra. Com a queda, ele havia fraturado a articulação coxofemoral da perna direita, condição que o impediu de ajudar a família na lidas da terra, fazendo com que viesse mais cedo para Porto Alegre continuar os estudos.

Depois de sete anos como aluno do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, o Julinho, como ficou conhecido na tradição estudantil da capital gaúcha, passou no vestibular

para o curso de Física na UFRGS. “Não sabia muito bem o que seria o curso”, admite. Na verdade, queria mesmo era fazer engenharia, mas como precisava se sustentar longe da família, suas escolhas limitavam-se aos cursos ministrados no turno da manhã, já que à tarde trabalhava no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). Hoje, prestes a receber o título de Professor Emérito da UFRGS, indicação aprovada na reunião do Conselho Universitário (Consun) no dia 15 de janeiro deste ano, Edemundo da Rocha Vieira assegura que não se arrepende da escolha: “Foi a medida mais correta que tomei na minha vida”, define.

A carreira docente inicia em 1960 na Física. Poucos anos depois, entretanto, muda-se para Buenos Aires, primeiramente para um estágio de seis meses, prolongando-se por mais quatro anos para concluir seu doutorado na área de radioastronomia – o estudo dos objetos celestes por meio de ondas de rádio e cujas observações são realizadas pelo radiotelescópio. Durante seu doutoramento, Edemundo volta ao Brasil para casar-se com Iara Regina, aluna do curso de Geografia da Universidade, que segue com ele para a Argentina, onde também realiza estudos em sua área.

A dedicação de ambos à pesquisa é total, e o primeiro filho viria somente sete anos depois de casados,

já em Porto Alegre. Nasceram, então, Mara e Fábio, mas a família se completa com o nascimento dos netos. A mais velha, Maria Eduarda, tem 11 anos; e Manoela, sua irmã, que completou seis anos recentemente e ficou muito emocionada quando seus coleguinhas na Austrália cantaram parabéns a você em português, depois do *happy birthday*. Pedro também tem seis anos e mora perto dos avós, na zona sul de Porto Alegre. As meninas são filhas de Mara, e o garoto é filho de Fábio. Todos comentam na família que a mais parecida com o avô é Manoela: “Está sempre cercada dos amiguinhos”, revela o patriarca dos Vieira.

Em sua trajetória na UFRGS, Edemundo deixou grandes realizações no âmbito administrativo, contribuindo fortemente para a estruturação e a expansão do departamento de Astronomia do Instituto de Física. Por duas vezes, foi diretor do IF, nas gestões de 1978/80 e de 1984/88. Em seu primeiro mandato, acumulou a função de coordenador do Programa de Pós-graduação em Física. Nesse período, realizou a peripécia de transformar um projeto da Finep de 11 milhões – que estava em vias de terminar, e o Instituto não tinha sequer chegado a usar metade desse montante – em um projeto de 32 milhões, contemplando todos os grupos de pesquisa. “Fui chamado de louco. Diziam que o melhor teria sido pedir 15 para ganhar 12 milhões”, ri ao contar, mas à medida que progrediam as tratativas, a descrença foi diminuindo: “Recebemos 31 milhões e 500”, orgulha-se.

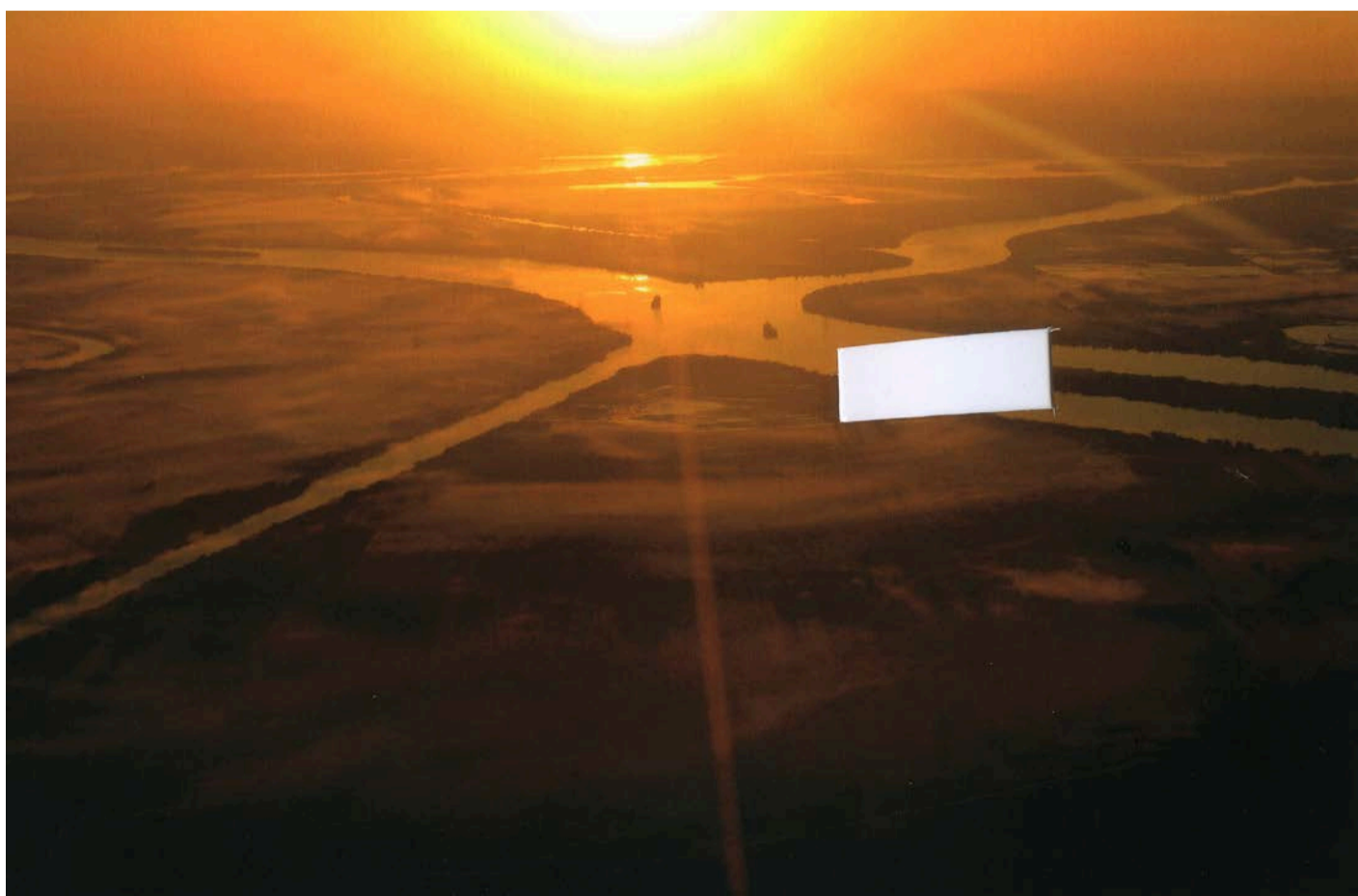
Quando atuou como pró-reitor de Planejamento (1988/1990), incomodado com a dificuldade de comunicação interna da Universidade, Edemundo consegue recursos junto ao MEC e implanta três centrais telefônicas. Uma no Câmpus Centro e as outras duas no Vale e no Câmpus Saúde. “Os professores não tinham telefone em suas salas e era difícil encontrar as pessoas”, ilustra. Passados quatro anos depois de sua aposentadoria, em 1990, é convidado a dirigir o Laboratório Nacional de Astronomia (LNA), e representa o Brasil na tramitação de dois consórcios internacionais para a implantação do telescópio Southern Astrophysical Research Telescope (SOAR), situado em Cerro Pachón, uma montanha dos Andes Chilenos, e do Observatório Gemini, quando foram construídos telescópios gêmeos nos Andes Chilenos e no Haváí.

Ao fazer a retrospectiva de sua trajetória na Universidade, Edemundo diz que sua atuação como professor e pesquisador certamente lhe deu satisfação, mas nada que se compare ao sucesso que reconhece ter alcançado no setor administrativo quando pôde realizar importantes avanços para o departamento de Astronomia. “Nunca fui um bom orador em minhas aulas, mas aqueles alunos que se interessaram pela Astronomia foram bem-sucedidos”, alegra-se ao contar que muitos deles construíram carreiras de destaque.



### Você tem o seu lugar na UFRGS?

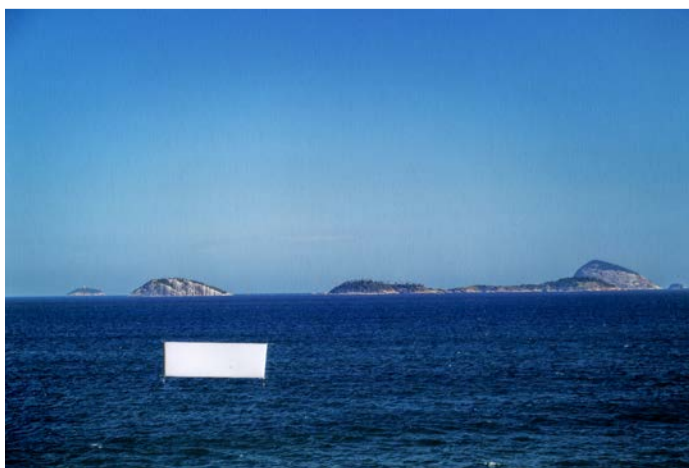
Então escreva para [jornal@ufrgs.br](mailto:jornal@ufrgs.br) e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



# vida

Nossos bosques têm mais

FOTOS **GILVAN BARRETO** TEXTO **FLÁVIO DUTRA**



Ouvi dizer no DOPS que eu fui o detido mais “tratado” até hoje dos que lá passaram. Que mais posso temer? Temor servil, pois, não tenho. [...] não temo nem a morte. Talvez, em breve, isto venha a acontecer. O tempo dirá. Estou preso e incomunicável [...] Negam-me o direito de ter contato com minha família, bem como o de ser visitado por um oculista ou advogado. [...] Estou em paz com minha consciência e ainda mantenho o desejo de merecer a confiança dos brasileiros que por uma ou outra maneira depositem em mim. [...] Espero poder algum dia agradecer pessoalmente aquilo que meus anônimos amigos fizeram por mim hoje. Só me resta agora repetir as palavras que direi enquanto tiver vida: Abaixo a Ditadura. Viva a Liberdade! O povo vencerá.

Este trecho é parte de uma carta escrita por Manoel Raimundo Soares em 25 de junho de 1965, quando estava preso na Ilha do Presídio, na área metropolitana de Porto Alegre. O corpo de Manoel foi encontrado alguns dias depois na margem da Ilha das Flores, com as mãos e os pés presos às costas, no episódio que ficou conhecido como “o caso das mãos amarradas”.

A imagem que abre esta página é um dos cartões postais distribuídos pela Embratur (Empresa Brasileira de Turismo), criada em 1966 para divulgar o país e suas belezas naturais. Mostra o Parque do Delta do Jacuí, região em que Manoel foi encontrado assassinado.

Foi a partir da angústia exposta pela contradição entre a luminosidade das nossas belezas naturais e as muitas passagens obscuras de nossa história que Gilvan Barreto projetou a mostra *Postcards from Brazil*. “Trabalhei muito tempo com fotografia de natureza. Fotografava para revistas de viagem, mas sempre tive interesse em entender a relação do ambiente com o homem. Neste caso, me impressiona que tudo o que a exposição apresenta foi feito por agentes públicos, pago com dinheiro público, ou seja, com o financiamento de todos nós.”

Montada para o FestFotoPoa e em exibição no Câmpus Centro da UFRGS, a mostra está dividida em duas partes. No pátio, ao lado da Faculdade de Educação, em grandes painéis, apresenta imagens turísticas retiradas do acervo da propaganda oficial produzida no Brasil desde os anos 60. A fratura nesta natureza idílica se dá por rasgos que as estragam, confrontados com trechos do relatório da Comissão da Verdade, publicado no ano passado. “Querida que os recortes na imagem fossem discretos. Mas isso não era possível, pois usava como referência os documentos do relatório da CNV. Não é uma mera história estética.” Na outra parte da mostra, no saguão da reitoria, o foco se fecha em um dos muitos locais de tortura da ditadura, a Casa da Morte, situada em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Gilvan junta, ali, plantas arquitetônicas e relatos da única sobrevivente, Inês Etienne Romeu, com fotos que mostram a natureza da Mata Atlântica de um ponto de vista indicial: uma beleza que parece querer falar de outra coisa. “A exposição é pensada como dois ambientes que deveriam se comunicar. Aqui, a disposição do espaço dificulta essa relação. Mas acredito que os elementos se compõem de forma forte o suficiente para que se configure a intenção. Os sinais da violência não estão necessariamente no que é contado, no tema, na palavra. Mas no ritmo, na intensidade, no silêncio.”

**GILVAN BARRETO** É FOTÓGRAFO PERNAMBUCANO, DE JABOATÃO DOS GUARARAPES. A PARTE EXTERNA DE *POSTCARDS FROM BRAZIL* ESTARÁ EM EXPOSIÇÃO ATÉ 15/07 NO PÁTIO DO CÂMPUS CENTRO. A PARTE INTERNA, NO SAGUÃO DA REITORIA, ATÉ 10/06.





**O plantio do eucalipto no estado segue o modelo econômico do país, que incentiva o uso de grandes áreas para a monocultura. Alguns dos riscos dessa prática repercutem na fauna, na flora local e na transformação da paisagem**

## Leis que ferem a natureza

TEXTO JACIRA CABRAL DA SILVEIRA

FOTOS FLÁVIO DUTRA

A AVALANCHE DE ORDENAMENTOS jurídicos em tramitação no Congresso Nacional, relativos especialmente aos licenciamentos ambientais, representa um retrocesso na consolidação da Política Nacional do Meio Ambiente brasileira. Essa é a avaliação tanto de representantes do Ministério Público quanto de pesquisadores e ambientalistas que vêm questionando, inclusive, a proposta de resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), apresentada pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema).

Previsto na Lei Federal 6.938/81, o licenciamento ambiental é considerado ferramenta central para a preservação do meio no que tange à instalação, ampliação, modificação e operação de atividades e empreendimentos que utilizem recursos naturais, que sejam potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental. Com a justificativa de flexibilização e celeridade, as propostas põem em risco um procedimento que até hoje respeitava três etapas: a licença prévia, a licença de instalação e a licença de operação.

“Verificamos que há vários dispositivos que abrem espaço para o licenciamento simplificado, inclusive com base nesta definição, e há muitas brechas para o órgão ambiental arbitrar a condução do licenciamento sem critérios transparentes, o que faz com que os estudos e as avaliações de impacto ambiental tendam a perder qualidade e deixem de cumprir suas funções básicas: contar com a participação da sociedade e minimizar impactos negativos, protegendo o meio ambiente”, argumenta o presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental, Carlos Alberto Bocuhy. Especificamente com relação ao Projeto de Lei 3.729/2004, Bocuhy afirma que “a tendência será a aprovação de licenças em regime cartorial, com o princípio da celeridade se voltando contra a suficiência e a eficácia do licenciamento”.

Para a procuradora de justiça Sílvia Cappelli, “sem licenciamento não se faz controle da poluição nem da degradação ambiental”. Há mais de 20 anos dedicando-se ao tema, tendo coordenado a área de Meio Ambiente do Ministério Público e presidido a Associação Brasileira dos Membros

do Ministério Público de Meio Ambiente, ela também demonstra apreensão: “Tenho dificuldade de traçar um cenário porque estamos vivendo um momento de transição muito ruim, no qual a mera constatação de que existem sete iniciativas diferentes versando sobre o licenciamento – que correm paralelamente, sem qualquer conversação entre elas e sem lógica – bem demonstra o quão pulverizado está o assunto e como não existe uma liderança”.

No dia da entrevista ao Jornal da Universidade, Cappelli recebeu a reportagem com uma cópia da matéria veiculada no portal da Câmara dos Deputados referente ao Projeto de Lei 170/2015 – e que susta a aplicação da resolução 01/1986 do Conama. Conforme a procuradora, essa é a única norma brasileira que trata especificamente sobre Estudo de Impacto Ambiental (EIA), disciplinando o conteúdo das etapas, as responsabilidades e as audiências públicas. “Esse projeto é inconstitucional porque, ao retirar essa resolução do cenário normativo nacional, não fica nada, apenas a Constituição”, revolta-se.

Ao defender o artigo 225 da Carta Magna, que versa sobre os estudos de impacto ambiental, a Lei Nacional de Política do Meio Ambiente de 1981 e a Resolução 237/1997 do Conama que regulamenta o licenciamento, tanto Cappelli quanto Bocuhy, entretanto, reconhecem a morosidade do processo em muitos casos. Para além da demora na emissão dos licenciamentos, a procuradora adverte sobre outro aspecto: “Um dos grandes questionamentos feito nesses casos diz respeito à generalidade, à ausência de regras explícitas que diga o que se pode fazer ou não”.

Essa falta de uma regra precisa, segundo Cappelli, provoca insegurança jurídica, o que resulta muitas vezes na judicialização de questões, especialmente pelo Ministério Público – que questiona a qualidade dos licenciamentos, a ausência de etapas, o descumprimento de condicionantes, a ausência de audiências públicas e outros tantos aspectos procedimentais. “O problema não é o licenciamento nem a forma como ele é operado no país. O problema não é a norma, mas a sua aplicação”, resume.

# Acúmulo de processos

Existem hoje no estado 7.462 processos de licenciamento ambiental em andamento, seja em análise, aguardando complementação ou vistoria. Alguns deles, segundo o diretor-técnico da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), Rafael Volquind, estão na fila há mais de dez anos. Ele diz que essa demora geralmente está relacionada aos empreendimentos mais complexos que acabaram ficando para trás por falta de estrutura e de pessoal. Em janeiro de 2015, entretanto, os números eram maiores: um total de 12.700 processos em tramitação. Volquind atribui essa redução de 33% em pouco mais de um ano a uma série de mudanças no encaminhamento dos processos dentro da Fundação.

“Tiramos o que não precisava, padronizamos os procedimentos e automatizamos muita coisa, incorporando tecnologia de informação para agilizar as licenças e reduzir o número de pessoas envolvidas”, descreve o diretor. A meta, de acordo com o dirigente, é cada vez mais liberar o pessoal técnico para cumprir outra tarefa: a fiscalização – relegada a segundo plano muito em função do grande número de licenciamentos em análise. “Dependendo da fase do processo, especialmente na licença prévia, que é a mais importante de ser avaliada, trabalham de três a quatro pessoas, número que aumenta conforme a dimensão do empreendimento”, explica.

Por outro lado, com esse aumento de pessoal nas ruas fiscalizando, Volquind diz que a Fepam precisará qualificar sua infraestrutura física, ampliando o núme-

ro de equipamentos, de instrumentos e de veículos. Atualmente, o órgão conta com uma frota de 60 veículos próprios e cerca de 20 carros da Secretaria do Meio Ambiente para uso nas oito gerências regionais (Santa Rosa, Passo Fundo, Caxias do Sul, Alegrete, Santa Maria, Santa Cruz do Sul, Tramandaí e Pelotas), que são utilizados para a atividade tanto de licenciamento quanto de fiscalização. Entraram em janeiro deste ano 55 novos funcionários no quadro da fundação, mas o que poderia representar um aumento da equipe e refrigério para o trabalho configurou-se tão somente a substituição de contratados emergenciais.

**Sinal de alerta** – Atualmente a Fepam está trabalhando com o acúmulo de processos nas áreas de irrigação e de produção energética. Considerando que o Brasil tem sua matriz de produção de energia dominada pelas hidrelétricas, que correspondem a 65% da capacidade instalada, o Rio Grande do Sul não contraria esse perfil. Entre as solicitações de licenciamento ambiental em andamento na Fundação, 100 são de empreendimentos hidrelétricos. Em função das características de nossos rios, Volquind observa que as hidrelétricas no estado são de pequeno porte: “Enquanto uma usina como a de Belo Monte trabalha com um volume de mais de 10 mil MW, a capacidade das hidrelétricas no estado não chega a 50 MW”.

Mas, independentemente do tamanho, pesquisadores defendem que as ameaças

das hidrelétricas à biodiversidade não se dão apenas pelo desmatamento induzido, mas também – e principalmente – por mudanças nos ambientes aquáticos. Em janeiro de 2015, a Justiça Federal do RS suspendeu o processo de licenciamento ambiental para a Usina Hidrelétrica Panambi, no noroeste gaúcho. Com isso, foi proibida a expedição de licença prévia para a construção devido a severos impactos ambientais no Parque Estadual do Turvo, último remanescente de floresta da região do Alto Uruguai no estado, que guarda plantas e flores raras, algumas ameaçadas de extinção.

**Marcha a ré** – De forma pioneira no país, o Rio Grande do Sul já tem pelo menos uma iniciativa de estudos prévios quanto à viabilidade de instalação de hidrelétricas na bacia hidrográfica do rio Taquari-Antas. De acordo com o diretor-técnico da Fepam, foi realizada em 2001 a avaliação do inventário dos aproveitamentos energéticos e, para cada ponto deste levantamento, foi definido se era ou não viável a implantação de empreendimentos hidrelétricos. Em caso positivo, estabeleceu-se se deveria ser feito por meio de licenciamento normal ou pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

Em 2012, Volquind diz que o estudo sofreu atualização, passando a trabalhar com zonas ao longo do rio, e não mais com pontos específicos, dispensando dessa forma análises pontuais para verificar a viabilidade de instalações, pois o estudo da

área total prevê as fragilidades ambientais em toda a extensão da mancha. Segundo o diretor, devido a este estudo, a Fundação tem sido requisitada a falar de sua experiência para determinados setores, como o de produção de energia hidrelétrica, a fim de que essa iniciativa possa ser replicada em outros estados brasileiros.

Resta saber, entretanto, se esse e outros estudos desenvolvidos para subsidiar a política de meio ambiente no país continuarão dando frutos. As hidrelétricas são consideradas obras de grande porte, o que implica necessariamente a realização de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), assim como a adoção de medidas compensatórias. Mas, se o Congresso Nacional aprovar projetos como a Emenda Constitucional 65/2012, de autoria do senador Acir Gurgacz (PDT/RO) e relatada pelo então senador e agora ministro da Agricultura, Blairo Maggi (antes PR agora PP/MT), as perspectivas são alarmantes.

A PEC 65/2012 estabelece que, a partir da simples apresentação de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) pelo empreendedor, nenhuma obra poderá mais ser suspensa ou cancelada. De forma objetiva, isso significa que o processo de licenciamento ambiental, que analisa se um empreendimento é viável ou não a partir dos impactos socioambientais que pode gerar, deixa de existir. “É moroso, freia o desenvolvimento brasileiro e afasta novos investimentos”, fala Blagio, referindo-se ao licenciamento ambiental.

## Morosos mas indispensáveis

O engenheiro Eduardo Schmitt da Silva atua há cerca de um ano na Aro Mineração, empresa de extração de areia com 18 anos de atividade no mercado gaúcho. Ele foi contratado para acompanhar e agilizar o andamento dos mais de 30 processos em tramitação na Fepam. Entre esses, entretanto, existem alguns que aguardam há mais de dois anos a renovação de licenciamento de operação na reserva de areia do rio Caí, ao norte da capital. Atualmente, a mineradora tem apenas uma fonte de extração, que fica no rio Jacuí, e com a enchente ocorrida no ano passado ficou quase 30 dias sem poder trabalhar, acarretando prejuízo financeiro: “Se existisse uma frente de lavra alternativa, poderíamos continuar trabalhando, mas eles [Fepam] alegam que falta gente para visitar a área”, reclama Eduardo.

Tranca-rua. Essa é uma das expressões usadas quando o assunto é licenciamento ambiental, um dos principais instrumentos de gestão previstos na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, promulgada em 1981. Ainda que os diferentes segmentos envolvidos no processo reconheçam a importância desse procedimento, não se limitando a vê-lo apenas como um ato administrativo, mas também como instrumento fundamental para um gerenciamento sustentável, é também consenso entre eles a demora exagerada para a emissão dos licenciamentos ambientais no Brasil.

Na visão do diretor-técnico da Fepam, Rafael Volquind, a demanda por licenciamentos ambientais aumentou a partir dos anos 1990. Uma das causas desse crescimento foi a edição da Resolução 237 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) em 1997, definindo e regulamentando as atividades sujeitas a licenciamento ambiental. “Quem não tinha a licença estava cometendo infração por contrariar a lei de crimes ambientais”, explica o engenheiro. No mesmo período, segundo ele, os bancos começaram a exigir o documento para determinados investimentos, o chamado Protocolo

Verde, o que levou grande número de agricultores a buscar regularizar suas atividades através dos licenciamentos ambientais, visando aos financiamentos bancários.

Assim como Volquind, o integrante do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) e um dos diretores da Bourcheid Engenharia e Meio Ambiente, Cylon Rosa Neto, também considera que a política de preservação ambiental no Brasil, especialmente no que se refere ao licenciamento, teve um significativo desenvolvimento nos últimos 25 anos. Entretanto, na avaliação do conselheiro – que atua numa empresa de engenharia e meio ambiente que, há 40 anos, realiza estudos de impacto ambiental para empreendimentos de grande porte, como estradas e usinas –, o rigor de algumas exigências da legislação tem engessado o país: “Passamos de uma total inexistência de regimento para um nível de complexidade muito grande, para o qual as instituições brasileiras não estavam preparadas, principalmente aquelas que fazem os investimentos, sejam públicas ou privadas”, argumenta. Por outro lado, ele critica os empreendedores que subestimam a necessidade e a importância de contabilizar em seus cronogramas o tempo necessário à liberação dos licenciamentos.

**Justificativas** – Para o empresário e coordenador do Conselho de Meio Ambiente da Fiergs, Torvaldo Antônio Marzolla Filho, a demora do setor resulta da carência técnica da Fepam: “Temos no estado 47 mil indústrias e seis mil processos em análise na Fundação. Existem pedidos com mais de 365 dias sem resposta”. Segundo ele, a falta de celeridade nos licenciamentos não se repete na ação dos empresários: “O tempo empregado pelo empreendedor é diretamente inverso ao trabalho de análise do processo, ou seja, o empreendedor é mil vezes mais rápido que a resposta por parte do estado, sendo que o prazo da entidade governamental é de 180 dias para conceder ou negar a licença”.

Diante de argumentos tão diversos, a coordenadora do curso de Especialização em Direito Ambiental da UFRGS, Cláudia Lima Marques, reprova aqueles que tratam a questão do licenciamento ambiental como mera formalidade burocrática: “Se não forem realizados os estudos técnicos necessários e adequados no tempo necessário, depois a barragem racha”, diz a professora, recordando o caso de Mariana como o maior desastre ambiental brasileiro. “Na renovação da licença daquela barragem, o Ministério Público, juntamente com uma ONG, já havia identificado que os cálculos estavam errados porque não previam o volume das chuvas que ocorreram”, relembra. Interesses econômicos na renovação do licenciamento e a promessa de que seriam realizadas algumas obras de contenção substituíram uma ação mais responsável no gerenciamento ambiental no caso mineiro, avalia a docente.

Também citando o desastre da barragem no interior de Minas Gerais, ocorrido no final de 2015, o professor do Departamento de Ecologia da UFRGS Fernando Gertum Becker critica o poder público não só por desconsiderar o desastre de Mariana como um alerta, mas também por estarem em pauta no Congresso Nacional diferentes projetos que buscam flexibilizar os licenciamentos: “Justamente para os grandes empreendimentos, aqueles que representam maior risco e necessitam de um estudo de impacto ambiental mais completo. Isso envolve não só governo, mas todos os interesses econômicos privados que estão por trás”.

Para Cláudia Marques, esses ataques ao direito ambiental no Brasil têm a ver com as articulações da bancada ruralista, sendo que uma das primeiras investidas ocorreu com a promulgação do novo código florestal. “Estamos vivendo uma época difícil para o meio ambiente. Fomos muito para frente e agora estamos retrocedendo em virtude de interesses econômicos”, condena.





Apesar da lentidão nos processos de licenciamento ambiental ser bastante criticada por empresários, especialistas de diferentes áreas alertam para os riscos de medidas como a PEC 65/2012. A mudança proposta pela bancada ruralista prevê que, a partir da simples apresentação de um Estudo de Impacto Ambiental pelo empreendedor, nenhuma obra poderá ser suspensa ou cancelada. Desse modo, prevalece o poder econômico em detrimento do interesse público

# A métrica da sustentabilidade

Ademar Ribeiro Romeiro é uma das referências nacionais quando o tema é economia ecológica. Professor do Instituto de Economia da Unicamp, ele fez seu doutorado na França, tendo como orientador Ignacy Sachs, principal pensador sobre o conceito de desenvolvimento sustentável na esfera mundial.

Foi durante a I Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, em 1972 em Estocolmo, na Suécia, que surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável, denominado àquela época 'codesenvolvimento'. Por sua percepção de desenvolvimento como uma combinação de crescimento econômico, aumento igualitário do bem-estar social e preservação ambiental, essa vertente da economia é conhecida como ecossocioeconomia. O termo foi cunhado por Karl William Kapp, economista de origem alemã e um dos inspiradores da ecologia política nos anos 1970.

Há mais de trinta anos, Sachs lançou alguns dos fundamentos do debate contemporâneo sobre a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento, baseado na convergência entre economia, ecologia, antropologia cultural e ciência política. Suas ideias são hoje mais claramente compreendidas no cenário das mudanças climáticas e da crise social e política mundial.

Romeiro, ao falar ao Jornal da Universidade, analisou a atual situação da política nacional do meio ambiente brasileiro sob a ótica da economia ecológica.

“A Amazônia é a maior vitrine da política ambiental no plano federal porque há uma preocupação mundial com a região”

**Como está a discussão brasileira sobre sustentabilidade?**

A questão ambiental no Brasil veio crescendo de importância. Num primeiro momento, os que pensavam nessa direção eram minoria, mas hoje esse é um tema obrigatório, e mesmo os economistas mais tradicionais se veem obrigados a discutir o assunto. Nesse ponto, o país está a par com o que se passa no mundo.

**Qual a sua avaliação sobre a nossa política nacional de meio ambiente?**

A Amazônia é a maior vitrine da política ambiental no plano federal porque há uma preocupação mundial com a região. O Brasil é visto com muita inquietação pelos ambientalistas do mundo inteiro, pois, até pouco tempo atrás, eles tinham a impressão de que íamos queimar a floresta para fazer pasto. Tínhamos essa imagem de país irresponsável. Mas houve toda uma pressão, e o país se comprometeu a reduzir os índices de desmatamento. Hoje isso ocorre bem menos, mas continua, o que não deixa de ser um absurdo, porque a Amazônia vale muito mais em pé do que transformada em pasto. Por outro lado, do ponto de vista agrícola, o Brasil tem terra sobrando para produzir muito mais do que produz hoje. Não é necessário queimar a floresta.

**E quanto ao licenciamento ambiental e às legislações que estão colocando em risco a sua continuidade?**

Há uma discussão grande sobre a forma como o licenciamento será conduzido. Essa polêmica decorre de um fato: se por um lado existe muito abuso por parte das empresas, por outro há um excesso de burocracia. Te dou como exemplo a construção da nova pista do aeroporto de Viracopos, que ficou em debate por 20 anos. Uma das alegações apresentadas para a não liberação do empreendimento era que havia uma área remanescente de cerrado e a pista iria comer um pedaço desse território. Isto foi um abuso da burocracia, levar todo esse tempo para dizer se um pedacinho do cerrado poderia ou não poderia ser transformado em pista de aeroporto! É óbvio que desde o início desse caso não havia nada que justificasse a não ampliação do aeroporto. Por causa disso, entretanto, a obra ficou emperrada por quase duas décadas.

**A preservação é geralmente apresentada como um entrave ao desenvolvimento. Como o senhor avalia essa questão?**

É uma acusação genérica que precisa ser qualificada. Todo desenvolvimento econômico implica apropriação de parcela do meio ambiente. Se nós entendemos que preservar significa deixar intocado, evidentemente que isso se transforma num entrave. Para muitos defensores da Usina de Belo Monte, por exemplo, sua não construção seria uma prova de entrave ao desenvolvimento brasileiro, considerando que essa usina é importante para a produção de energia, etc. Se olharmos somente por esse ângulo, não construir uma usina na Amazônia por razões ambientais poderia ser um obstáculo à continuidade da produção energética. Mas a pergunta que faço diante da necessidade do país de produzir energia elétrica é a seguinte: essa é a única maneira de aumentar a oferta de energia, construindo barragens no meio da floresta amazônica? Essa é a questão. Muitas vezes o caminho escolhido não é necessariamente o melhor tanto do ponto de vista econômico quanto do ambiental. Às vezes, por uma economia muito pequena no início de um empreendimento qualquer, destrói-se um patrimônio ambiental que terá impactos muito maiores no futuro. Por isso, essa crítica não tem sentido. É preciso olhar caso a caso. É uma generalização que não é aceitável.

**O que difere a métrica sustentável da métrica monetária?**

A dimensão econômica do meio ambiente é o cálculo do seu valor monetário. A economia ecológica utiliza as mesmas técnicas de valoração do meio ambiente que a economia ambiental neoclássica. A diferença de postura é a seguinte: para o economista tradicional, é possível calcular o valor suficientemente preciso de determinado ecossistema, o que possibilita tomar uma decisão de usar ou não aquele recurso com base simplesmente no custo/benefício, ou seja, quanto custa não usar aquele meio ambiente e quanto vamos ganhar usando aquele meio ambiente. Somos contra essa decisão baseada na análise de custo/benefício sem levar em conta outro fator. Nós, da economia ecológica, dizemos o seguinte: antes de fazer a valoração monetária, a pergunta é: o que é sustentável? Quais são os parâmetros de sustentabilidade neste caso específico? A métrica é outra; não é uma questão monetária, mas de sustentabilidade. Para a economia ecológica, é preciso levar em conta a sustentabilidade no longo prazo. Nós consideramos que existe um risco de perdas ambientais irreversíveis que podem ser catastróficas. Quando você assume essa posição de risco, a política ambiental muda de natureza. Por outro lado, quando você adota a concepção da economia tradicional de que não há risco de perda irreversível ao ambiente – potencialmente catastrófico –, as políticas irão refletir esse entendimento. Para eles, qualquer erro pode ser corrigido, dessa forma fica mais fácil fazer política porque não há erro no errar, no destruir esse ou aquele ecossistema, não há consequências. Na medida em que digo que não pode ser assim, porque pode haver perdas ambientais irreversíveis ou potencialmente irreversíveis, tenho de ser muito mais cauteloso. E sempre pensar alternativas. Essa é a diferença fundamental de postura entre as duas visões.

**Economicamente falando do ponto de vista ecológico, quais os pontos nevrálgicos da realidade brasileira?**

Considerando que temos seis biomas – Pantanal, Amazônico, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica e do Pampa –, a ação estratégica é traçar um diagnóstico: qual é a situação desses biomas? Cada um deles, em função de suas próprias características e da situação socioeconômica em que se encontra, vai exigir políticas específicas. Isto seria algo importante a ser feito: definir para cada bioma as políticas econômico-ambientais mais adequadas. Para quem vive na região da Mata Atlântica [Ademar mora em São Paulo], a situação é diferente de quem mora na mata amazônica. Na Amazônia, se trata de evitar o desmatamento; na Mata Atlântica, de recuperar o que foi devastado. Cada lugar, portanto, vai exigir um conjunto de políticas específicas, dependendo do contexto e do tipo de bioma e da população que vive lá, etc. Esse é um pensamento estratégico cujo objetivo é fazer com que cada região tenha um equilíbrio entre as atividades econômicas e a proteção da natureza.

**Como esperar avanços nesse setor?**

No Brasil, os avanços se dão e se darão na medida em que as instituições de pesquisa ligadas à área mostrarem a importância de cada ecossistema. No caso da Amazônia, por exemplo, existe um conjunto de instituições, inclusive o INPE, que vem revelando aspectos da ecologia daquele ecossistema. O avanço da ciência quanto ao conhecimento dos ecossistemas é o que ajuda substancialmente a economia ecológica a ter uma presença maior no debate social.

